



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 022

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE MARÇO DE 2009

ANO XXXIV

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... *Luiz Claudio Romanelli*  
Líder da Oposição ..... *Elio Rusch*  
PMDB ..... *Waldyr Pugliesi*  
PSDB ..... *Ademar Traiano*  
Partido Democratas ..... *Plauto Miró*  
PT ..... *Péricles de Mello*  
PP ..... *Duílio Genari*  
PDT ..... *Luiz Carlos Martins*  
Bloco PPS/PMN ..... *Dr. Batista*  
Bloco PSB/PRB/PV ..... *Pastor Edson Praczyk*  
Bloco PTB/PR ..... *Jocelito Canto*

### Representação Partidária

**PMDB** - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 022**

### **21ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Mensagem ..... 03

Ofícios ..... 04

Indicações ..... 04

Requerimentos ..... 08

Projetos de Lei ..... 12

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Antonio Belinati ..... 16

Dep. Elio Rusch ..... 18

Dep. Péricles de Mello ..... 22

Dep. Valdir Rossoni ..... 24

Dep. Artagão Júnior ..... 28

#### **Grande Expediente:**

Dep. Elio Rusch ..... 19

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 17

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello ..... 23

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni ..... 25

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni ..... 26

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto ..... 29

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 31

Discussão/Votação

1ª Discussão (Pref. de Votação) ..... 31

2ª Discussão ..... 33

1ª Discussão ..... 33

Requerimentos ..... 34

**Encerramento da Sessão ..... 35**

#### **Publicações:**

Presidência

Ata de Audiência Pública ..... 35

Ata de Comissão

Constituição e Justiça ..... 36

#### **Publicações Administrativas:**

Procuradoria Geral

Pareceres ..... 38

### **DIÁRIO Nº 022**

### **21ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
16ª LEGISLATURA  
ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
23 DE MARÇO DE 2009**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Luiz Nishimori.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Chico Noroeste,

Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Beti Pavin, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Jonas Guimarães, Luiz Eduardo Cheida e Ney Leprevost (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Mensagem***

MENSAGEM Nº 011/09

Curitiba, 18/03/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que tem por objetivo alterar a Lei nº 11713/97, conforme especifica.

A presente proposta é resultado do estudo de Grupo de Trabalho instituído pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com vistas a reformulações da Carreira Docente das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná (IEES/PR).

Este Grupo de Trabalho foi constituído por um representante de cada uma das cinco Universidades Estaduais (UEL, UEM, UEPG, UNICENTRO e UNIOESTE); um representante da Associação Paranaense das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná (APIESP), representando as 12 Faculdades Estaduais EMBAP, FAP, FECEA, FALM, FECILCAM, FAFI, FAEFIJA, FUNDINOPI, FAFIPAR, FAFIPA, FAFIUUV); um representante dos docentes por instituição, escolhidos pelas entidades de

classe; um assessor do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); e representantes das Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da Administração e da Previdência e do Planejamento e Coordenação Geral.

A recém editada Lei Estadual nº 15944, de 09/09/08, atendeu parte da proposta apresentada por este Grupo de Trabalho e o presente anteprojeto de lei visa acréscimo de dispositivos referentes à classe de professor titular da Carreira do Magistério do Ensino Superior do Estado do Paraná, que foi criada pela Lei Estadual nº 11713, de 07/05/97, e posteriormente alterada pela Lei Estadual nº 14825, de 12/09/05, e Lei Estadual nº 15944, de 09/09/08, possui peculiaridades em relação à maioria dos cargos e carreiras da Administração Pública Estadual, especialmente quanto aos critérios de ingresso, que pode ocorrer no nível inicial de qualquer classe (exceto a de professor associado), exigindo-se, entretanto, diferentes requisitos de escolaridade: diploma de graduação em curso superior, para ingresso na classe de Professor Auxiliar; grau de mestre para a classe de Professor Assistente e título de doutor para a classe de Professor Adjunto.

A promoção para a classe de Professor Associado se dá através de avaliação de desempenho com aprovação pública de defesa de trabalho científico com memorial descritivo, a ser apresentado perante uma banca examinadora.

Para a classe de Professor Titular, o ingresso ocorre, unicamente, mediante habilitação em concurso público de provas e títulos, para o qual são exigidos requisitos especificados nas referidas normas.

Assim, para o servidor professor, a progressão funcional de uma classe para outra, com exceção da classe de Professor Titular, se dá por titulação, enquanto que a ascensão ao nível consecutivo de sua classe se dá após interstício de 02 (dois) anos, mediante avaliação de desempenho que inclua, obrigatoriamente, a aprovação de memorial descritivo defendido perante comissão indicada pelo Departamento ao qual pertence.

Esta estrutura de carreira baseia-se em princípios contemplados pela Lei nº 11713, de 09/05/97, e posteriormente adotados, em grande parte, pelos principais sistemas públicos de ensino superior do país. Admite como fundamento a valorização da capacitação do docente, diferenciando, progressivamente, as diversas classes em função da titulação do profissional. As alterações aqui propostas não alteram este importante princípio básico. A estrutura geral e os princípios acadêmicos e científicos da carreira permanecem irreparáveis, mostrando-se eficientes após dez anos de sua elaboração.

O artigo 3º da Lei nº 11713/97 estabelece que o Professor Titular é uma das classes da Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná. Assim, para os docentes já ocupantes de cargo de professor desta Carreira, o acesso à Classe de Professor Titular é apenas um dos critérios de promoção a uma das cinco classes.

Por isso, propõe-se que se o professor já pertence à Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná vier a ser aprovado para acesso à Classe de Professor Titular poderá, para efeitos previdenciários, manter a sua matrícula original, nos termos do artigo 3º da Lei nº 11713/97.

Propõe-se também a desnecessidade de cumprimento de estágio probatório do docente já pertencente à Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná quando do acesso à Classe de Professor Titular, uma vez que o Professor Titular é uma das classes da carreira da qual o professor já faz parte.

Visando evitar que o docente, quando do acesso à Classe de Professor Titular, requeira sua aposentadoria, propõe-se o período de no mínimo 05 (cinco) anos de efetivo exercício na última classe.

Propõe-se ainda que na hipótese de que o aprovado para o acesso à Classe de Professor Titular seja oriundo do serviço público, para efeitos de aposentadoria, deverão ser observadas as regras da transição contidas nas Emendas Constitucionais nºs 20, de 16/12/98; 41, de 19/12/03; e 47, de 06/07/05.

Sobre o tema, o ParanaPrevidência, manifestou-se pelo Parecer nº 002230, no protocolado nº 9570.693-2.

Assim, neste momento, busca-se solução para esta pendência, com a apresentação da proposta em tela, que tem por objetivo regulamentar o acesso à Classe de Professor Titular de docente já pertencente à Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná, dando continuidade às políticas reestruturantes implementadas pelo atual Governo, que se iniciaram em 2003.

Espera-se que a citada proposta garanta que os quadros de pessoal docente das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná sejam estruturados também com professores titulares, com o objetivo de dotar as universidades e faculdades de um corpo docente altamente qualificado, com mais experiências e formação.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e a consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O artigo 14 da Lei nº 11713, de 07/05/97, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. O acesso ao cargo de Professor de Ensino Superior na Classe de Professor Titular será feito mediante habilitação em concurso público de provas, títulos e defesa de trabalho científico, podendo inscrever-se o portador de título de Doutor ou Livre-Docente há pelo menos 04 (quatro) anos e com experiência comprovada em docência no ensino superior de 04 (quatro) anos.

Art. 2º Fica o parágrafo único do artigo 14 da Lei nº 11713, de 07/05/97, renumerado para parágrafo 1º, passando a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º A banca examinadora será composta de 05 (cinco) Professores Titulares Doutores, sendo obrigatoriamente 02 (dois) de outras instituições de ensino superior.

Art. 3º Ficam acrescidos os parágrafos 2º, 3º e 4º ao artigo 14 da Lei nº 11713, de 07/05/97, passando a vigorar com as seguintes redações:

§ 2º Na hipótese de que o aprovado para o cargo de Professor de Ensino Superior na Classe de Professor Titular seja oriundo da Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná, este manterá, para todos os efeitos legais, a respectiva matrícula e o cômputo do respectivo tempo de serviço e contribuição, ficando dispensado do estágio probatório.

§ 3º Em face do que dispõe o artigo 40, inciso III da Constituição da República Federativa do Brasil, para efeito de aposentadoria, o docente de que trata o parágrafo anterior estará sujeito ao cumprimento de 05 (cinco) anos de efetivo exercício na Classe de Professor Titular.

§ 4º Na hipótese de que o aprovado para o cargo de Professor de Ensino Superior na Classe de Professor Titular seja oriundo do serviço público, para efeitos de aposentadoria, deverão ser observadas as regras de transição contidas nas Emendas Constitucionais nºs 20, de 16/12/98, 41, de 19/12/03 e 47, de 06/07/05.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

## Ofício

OFÍCIO Nº 015/09

Curitiba, em 23/03/09.

Senhor Presidente:

Venho por intermédio do presente comunicar a V. Exa. a substituição na Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação do Deputado Edson Strapason pelo Deputado Ademir Bier.

Sendo o que se apresenta para o presente momento aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

(a) WALDYR PUGLIESI

## Indicações

INDICAÇÃO Nº 266/09

SÚMULA:

Indica ao Sr. Dr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado recursos ao Município de Sarandi, para a aquisição de um veículo micro-ônibus.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a designação de recursos ao município de Sarandi para aquisição de um veículo micro-ônibus.

Sarandi necessita desse veículo para o atendimento do transporte de moradores que precisam ser transportados para atendimento em centros maiores com mais especializações na saúde.

Apelamos para que a Secretaria da Saúde possa destinar recursos do seu orçamento para o atendimento dessa reivindicação tão importante da comunidade de Sarandi.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 267/09

##### SÚMULA:

Indica Sra. Ivelize Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado recursos ao Município de Sarandi, para a construção de um Centro de Educação Infantil.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a designação de recursos ao Município de Sarandi para construção de um Centro de Educação Infantil.

Tal solicitação é feita pela Câmara de Vereadores, por indicação do Vereador Nito, para o atendimento de crianças filhos de moradores que precisam trabalhar, porém, carecem de atendimento especializado para seus filhos.

Apelamos para que a Secretaria de Estado da Educação possa destinar recursos do seu orçamento para o atendimento dessa reivindicação tão importante da comunidade de Sarandi.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 268/09

##### SÚMULA:

Sugere ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania a ampliação do Centro de Detenção Provisória de Maringá para abrigar o desenvolvimento de atividades ocupacionais para os presos.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, Exmo. Sr. Desembargador Jair Ramos Braga, solicitando ao mesmo a ampliação do Centro de Detenção Provisória de Maringá para abrigar o desenvolvimento de atividades ocupacionais para os presos.

No último dia 02 de março ocorreu uma rebelião no Centro de Detenção Provisória de Maringá - CDP.

São diversas as reclamações, mas o inconformismo principal é a falta de atividades para os presos dentro do presídio.

O CDP de Maringá foi idealizado para atender presos provisórios. Entretanto, a vocação natural do presídio foi alterada com o tempo e estão recolhidos aproximadamente 2/3 de presos condenados (6.3.2009) Eram 650 condenados e apenas 1/3 presos provisórios (6.3.2009), eram 232 os presos provisórios.

Em razão do exposto, da mudança de perfil dos presos no Centro de Detenção Provisória de Maringá, é essencial a criação de espaços para salas de aula para condenados, espaço para celebração de cultos religiosos, oficinas para a realização de cursos, horta, viveiro, enfim, espaços destinados a devolver à sociedade egressos em condições de inserção social.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) CIDA BERGEHTTI

#### INDICAÇÃO Nº 269/09

##### SÚMULA:

Sugere ao Governador e ao Secretário de Estado da Saúde a complementação do número de leitos do Hospital Universitário de Maringá, em caráter de urgência.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde, sugerindo aos mesmo o início de obras para complementar os 300 leitos previstos para o Hospital Universitário de Maringá, em caráter de urgência.

O Hospital Universitário de Maringá foi inaugurado em 28/10/88 e iniciou atividades em 20/01/89 e até a presente data não foi completada a obra de construção daquela instituição.

Conta atualmente com 120 leitos, apesar do planejamento inicial para 300 leitos. São constantes as interpeções da sociedade em razão da falta de leitos no referido hospital.

A situação se agrava pois a 15ª Regional carece de aparelhamento e atendimento inicial em muitos postos de saúde, obrigando a população a procurar o HU.

Os Municípios vizinhos encaminham os pacientes para o HU agravando a situação de atendimento, haja vista que a instituição realiza 12 mil atendimentos por mês, estimando-se a polarização de um milhão de habitantes na região.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) CIDA BERGEHTTI

## INDICAÇÃO Nº 270/09

## SÚMULA:

Sugere a ampliação do Centro de Educação Infantil Adelaide Dezoti Tonon, no Município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governado do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a ampliação do Centro de Educação Infantil Adelaide Dezoti Tonon;

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população de Sarandi, assim beneficiando um número maior de mães que trabalham fora e não dispõe de um local adequado para deixarem seus filhos.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 271/09

## SÚMULA:

Solicito que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Porto Vitória.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ribas Carli Filho dirige-se ao Exmo. Governador do Estado, para solicitar o seguinte:

1. Que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Porto Vitória.

2. A solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para frequentar as aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) FERNANDO CARLI FILHO

## INDICAÇÃO Nº 272/09

## SÚMULA:

Solicito que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Inácio Martins.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ribas Carli Filho dirige-se ao Exmo. Governador do Estado, para solicitar o seguinte:

1. Que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Inácio Martins.

2. A solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para frequentar as aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) FERNANDO CARLI FILHO

## INDICAÇÃO Nº 273/09

## SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, que seja destinado ao Município de União da Vitória uma unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas à destinação ao Município de União da Vitória, de recursos para a construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de Bibliotecas nos Municípios deste Estado, indicamos para a Secretária de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à administração das políticas de ação e inserção cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à Construção da Biblioteca Cidadã, no Município de União da Vitória.

União da Vitória possui uma população de, aproximadamente, 51.043 habitantes segundo o IBGE, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) FERNANDO CARLI FILHO

## INDICAÇÃO Nº 274/09

## SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, que seja destinado ao Município de Quedas do Iguaçu uma unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas à destinação ao Município de Quedas do Iguaçu, de recursos para a construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de Bibliotecas nos Municípios deste Estado, indicamos para a Secretária de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à administração das políticas de ação e inserção cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à Construção da Biblioteca Cidadã, no Município de Quedas do Iguaçu.

Quedas do Iguaçu possui uma população de, aproximadamente, 30.181 habitantes segundo o IBGE, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) FERNANDO CARLI FILHO

## INDICAÇÃO Nº 275/09

## SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, que seja destinado ao Município de Piraquara uma unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas à destinação ao Município de Piraquara, de recursos para a construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de Bibliotecas nos Municípios deste Estado, indicamos para a Secretária de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à administração das políticas de ação e inserção cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à Construção da Biblioteca Cidadã, no Município de Piraquara.

Piraquara possui uma população de, aproximadamente, 80.006 habitantes segundo o IBGE, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) FERNANDO CARLI FILHO

## INDICAÇÃO Nº 276/09

## SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, que seja destinado ao Município de Pitanga uma unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas à destinação ao Município de Pitanga, de recursos para a construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de Bibliotecas nos Municípios deste Estado, indicamos para a Secretária de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à administração das políticas de ação e inserção cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à Construção da Biblioteca Cidadã, no Município de Pitanga.

Pitanga possui uma população de, aproximadamente, 34.310 habitantes segundo o IBGE, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) FERNANDO CARLI FILHO

## INDICAÇÃO Nº 277/09

## SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, que seja destinado ao Município de Pato Branco uma unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas à destinação ao Município de Pato Branco, de recursos para a construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de Bibliotecas nos Municípios deste Estado, indicamos para a Secretária de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à administração das políticas de ação e inserção cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à Construção da Biblioteca Cidadã, no Município de Pato Branco.

Pato Branco possui uma população de, aproximadamente, 66.680 habitantes segundo o IBGE, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) FERNANDO CARLI FILHO

## INDICAÇÃO Nº 278/09

## SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, que seja destinado ao Município de Irati uma unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas à destinação ao Município de Irati, de recursos para a construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de Bibliotecas nos Municípios deste Estado, indicamos para a Secretária de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à administração das políticas de ação e inserção cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à Construção da Biblioteca Cidadã, no Município de Irati.

Irati possui uma população de, aproximadamente, 54.151 habitantes segundo o IBGE, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) FERNANDO CARLI FILHO

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 1105

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER preferência de votação do Projeto de Lei nº 039/09, item 05 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamento:

Stephanes Júnior, Teruo Kato, Carlos Simões e Luz Accorsi.

### REQUERIMENTO Nº 1104

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 095 e 099/09, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 15426, de 15/01/07, que dispõe sobre incentivos fiscais às empresas paranaenses (incentivos fiscais - manutenção do nível de emprego e demissões sem justa causa).

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

### REQUERIMENTO Nº 1062

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do advogado, jornalista e empresário Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dia 18 do corrente, faleceu nesta Capital aos 82 anos de idade o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, advogado, jornalista e empresário, Diretor-Presidente da Rede Paranaense de Televisão (RPC). Deixou viúva a Sra. Terezinha Doring Cunha Pereira, e os filhos Francisco Neto, Guilherme, Ana Amélia, Cristina e sete netos.

Eis-me prezado amigo Dr. Francisco, ante seu corpo inanimado, prestes a voltar aos seio da nossa mãe comum. Recebas-te ao convívio de seus amigos e de seus entes queridos, a parca impiedosa e cruel. Resta-nos, todavia, um consolo, e a certeza de que viveste uma vida honrada dedicada a família, aos amigos e ao trabalho.

Um vácuo imenso nos invade a alma e nessa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas tal é a condição humana, viver, lutar, morrer.

Fica certo, amigo dileto Dr. Francisco, de que tua memória ficara viva em nossos corações e que seus exemplos continuarão a nortear nossa vida.

Sua família, a família que adoras-te despediu-se debruçada de lágrimas, dizendo que podes repousar tranquilo pois saberão honrar seu nome e cultuar sua memória.

Um amigo é o dom mais precioso com que os céus nos possam presentear. E agora mais do que nunca sentiremos saudades.

Doutor Francisco, ligas-te seu nome a uma empresa que ficará a testar os seus dotes de homem realizador. Soubeste vencer todos os obstáculos na luta inteligente a que te atiraste. Seu exemplo permanecerá redivivo entre os pósteros como uma lição de incentivo. Como hão de abençoar todos aqueles companheiros e servidores da empresa RPC e que dela tiram o sustento para seus familiares. Alcançastes na vida sem dúvida e dela soubeste fazer bom uso. E a prova está na prodigalidade com que te houvestes no espalhar benefícios e auxílios aos desamparados. Fica, pois, certo, prezado amigo Dr. Francisco, de que combatestes o bom combate e podes levar consigo a convicção de que soubeste cumprir integralmente o seu dever de homem trabalhador.

Bendita, pois, a sua memória, e ao rememorá-la teremos sempre presente a sua figura de homem subordinado a família e aos amigos, suas lições e exemplos que tão fundo colaram em nossas almas.

Prometemos que nunca haveremos de lhe esquecer e que hás de ser sempre para nós, o conselheiro seguro de nossas aflições e nas nossas dúvidas.

Que Deus na sua infinita bondade lhe retribua na outra vida o muito que fizeste pelos seus semelhantes.

Descanse em paz Dr. Francisco.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se a dor que abalou a família Cunha Pereira, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

### REQUERIMENTO Nº 1065

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Claudionor Nascimento, ocorrido em 08 de março do corrente na Cidade de Mandaguaçu, Paraná.

Que, desta decisão, se dê ciência aos seus familiares, com o envio de ofício a sua esposa, Maria Aparecida dos Santos Nascimento.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu no último dia 08, na Cidade de Mandaguaçu, o Sr. Claudionor Nascimento. Sua morte prematura causou grande consternação à comunidade daquele Município. Claudinho, como era carinhosamente conhe-



cido, vivia em meio a enorme e sólido círculo de amizades, granjeado através dos anos, mercê da sua simpatia e dedicação à solução dos problemas dos seus semelhantes. Evangélico e ativo líder comunitário, sempre buscava junto aos poderes públicos, melhorias para o Conjunto Aldo Aquaroni.

Era filiado ao Partido Republicano pelo qual foi candidato a uma das vagas do Poder Legislativo Municipal, conquistando a sua primeira suplência. Atualmente Claudinho dedicava-se ao desenvolvimento de projeto comunitário no Distrito Vila Guadiana, com o envolvimento de crianças e jovens em atividades esportivas, Claudionor Nascimento deixa viúva a Sra. Maria Aparecida dos Santos com a qual teve os filhos James, Andriele, Kauane e Kelli Cristina.

Esta Assembleia Legislativa do Estado, através da aprovação deste voto de pesar, associa-se às manifestações de pesar de todo o povo de Mandaguaçu.

Que, da decisão da Mesa Diretora, encaminhe-se cópia aos poderes constituídos de Mandaguaçu.

#### REQUERIMENTO Nº 1066

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hamilton Mara, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1067

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Carlos Venancio, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1068

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Izilda Martins Alves, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1069

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Cledir Machado de Lima, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1070

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Marcos Domingos da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1071

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Emilia Kostrzavicz, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1072

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Izidoro Pauli, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1073

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Piragibe Ferreira Santos Junior, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1074

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Maria Luiza Hyczy, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1075

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Valdemar Dalfovo, ocorrido no dia 06/03/09, no Município de Coronel Vivida/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Januária Zaneti Dalfovo, enviando correspondência.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

Assim como existe o dia da chegada, há também o dia da partida. Queiramos ou não, esta data é inevitável. Sabemos que dói o coração. Sabemos também que o tempo é o melhor remédio para cicatrizar as feridas. Sabemos que a fé no Pai Criador é a grande terapia que nos auxilia nesta hora de tamanha tristeza.

De toda uma vida, de toda uma jornada, o que deve ficar são as boas lembranças, as boas recordações de uma vida dedicada à família e aos amigos.

É impossível definir em poucas palavras, com exatidão, a forma de ser do Sr. Valdemar, que foi um exemplo claro de uma vida vivida em intensidade. Pai, avô, trabalhador e amigo, sua existência foi marcada pela forma generosa de ser.

Como marido, sempre foi companheiro, leal e amigo. Casado com a Sra. Januária Zaneti Dalfovo há 60 anos, juntos construíram uma história e souberam cativar simpatias e respeito de todos.

Como pai, criou com muito esmero e disciplina seus dois filhos: Ivanir e Neuza.

Como avô, participou de forma presente da criação de seus cinco netos: Marizete, Dorneles, Daniely, Wellington e Ariane.

Como trabalhador, lutou incansavelmente para superar as dificuldades encontradas na área rural.

Por isso, é justo prestar uma última homenagem a um dos pioneiros de Coronel Vivida.

Aceitem os nosso sinceros votos de pesar.

**REQUERIMENTO N° 1101**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar à família Silva Leme, pelo falecimento do Sr. Altair da Silva Leme, Secretário Municipal de Educação no Município de Colombo, ocorrido no dia 22 de março do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família Silva Leme através de correspondência.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) EDSON STRAPASSON

**REQUERIMENTO N° 1102**

Senhor Presidente:

Os Deputados subscritores do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, o envio de votos de pesar e de solidariedade à família pelo falecimento da Sra. Araci Araujo Hyczy, ocorrido nesta segunda-feira, dia 23 de março.

Expressamos nossos sentimentos de pesar pela morte da Dona Aracy Hyczy de família tradicional de Ponta Grossa, que deixou sua contribuição para a história do Município com sua presença marcante na sociedade.

Fica registrada nossa solidariedade aos familiares nesse momento de dor e saudade.

Requer ainda que seja dada ciência à família, por meio de correspondência a ser encaminhada.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(aa) PÉRICLES DE MELLO, JOCELITO CANTO, PLAUTO MIRÓ e NEY LEPREVOST

**REQUERIMENTO N° 1100**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, a estudante Beatriz Modesto, aluna da Escola Estadual Professor Zilah Santos Batista do Município de Paranaguá, por ter sido a representante dos alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná, no Programa Caldeirão do Huck da Rede Globo, no quadro Soletrando.

Requer ainda, que seja enviado correspondência a referida Escola.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) MARCELO RANGEL

**REQUERIMENTO N° 1076**

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. José Alcides Marton da Silva, Presidente da FEPE - Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

Parabenizo pelo trabalho dedicado junto a FEPE - Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional, à melhoria da qualidade de vida, garantia da cidadania das pessoas com deficiência, prevenção e diagnóstico nas áreas de Educação e Saúde.

**REQUERIMENTO N° 1077**

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao 50 anos da FEPE - Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

A FEPE - Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional, desenvolve, trabalho filantrópico, em benefício das pessoas com deficiência. Tem como missão realizar pesquisa, prevenção e diagnóstico nas áreas de Educação, Saúde e a inclusão das pessoas com deficiência.

Para tanto, a FEPE mantém equipe especializada, bem como as dependências das unidades de atendimento adequadas aos seus beneficiários, de forma a garantir o alto padrão dos serviços prestados.

Parabenizo pelos 50 anos de trabalho dedicado à melhoria da qualidade de vida e garantia da cidadania das pessoas com deficiência, sendo referência nas áreas de Educação especial e triagem neonatal.

#### REQUERIMENTO N° 1080

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Marco Aurélio de Mello, Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), propôs dia 18/03/09, anular a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, e estabeleceu cinco condições para a definição de uma eventual nova delimitação de terras na região. Na prática, o magistrado vota para garantir a permanência de toda a população dos Municípios de Uiramutã, Pacaraima e Normandia nos locais onde estão as Cidades até que uma nova demarcação possa ser feita.

O voto do Ministro será resgatado pela história quando o Brasil deixar de ser um Estado Federativo, e tiver se transformado, conforme estará sacramentado pela maioria de votos favoráveis, num Estado de Nações, por conta do surrealismo que manterá a demarcação continua das terras indígenas na Reserva Raposa Serra do Sol.

Parabenizo pelo voto contrário da reserva indígena Raposa Serra do Sol, pelo patriotismo, por ser alguém lúcido que lhe é peculiar e com impressionante saber constitucional. Tenha sempre nosso apoio.

#### REQUERIMENTO N° 1106

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Marcos Augusto Malluceli.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Marcos Augusto Malluceli, advogado especialista em Direito Bancário e Desportivo, é Presidente do Conselho Administrativo do Clube Atlético Paranaense, onde desenvolve projetos de cunho social e desportivo, investindo nas categorias de base, através de convênios com instituições de assistência social e Prefeituras, dedica-se ao clube demonstrando todo seu amor ao futebol, divulgando as informações da instituição através da rádio e da TV Furacão, onde leva ao conhecimento dos torcedores, todas as ações que são realizadas; é conselheiro do clube desde 1973, acumulando o cargo de Diretor Jurídico da entidade.

#### REQUERIMENTO N° 1107

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Gláucio José Geara.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Gláucio José Geara, advogado, empresário e Presidente do Conselho Deliberativo do Clube Atlético Paranaense, onde desenvolve projetos de cunho social e desportivo, investindo nas categorias de base, através de convênios com instituições de assistência social e Prefeituras, dedica-se ao clube demonstrando todo seu amor ao futebol, divulgando as informações da instituição através da rádio e da TV Furacão, onde leva ao conhecimento dos torcedores, todas as ações que são realizadas. Conselheiro do clube desde 2000, e também Vice-Presidente da FENABRAVE.

#### REQUERIMENTO N° 1108

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Marisa Vidigal.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Marisa Vidigal, nascida em Calambau, Minas Gerais, tornou-se artista por influência e convívio com outros artistas, inspirando-se a registrar na tela, o povo, sua cultura e tradições, eternizando e fazendo uma declaração de amor à sua terra, resgatando a memória, a lembrança e suas recordações em telas que transmitem todos os seus sentimentos de forma nativista, pessoa que cultiva as belas artes com reconhecimento nacional e internacionalmente.

#### REQUERIMENTO N° 1109

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Lídia Saczkovski.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Lídia Saczkovski, nascida em Irati, Paraná morou e trabalhou em diversas cidades brasileiras, onde teve contato com costumes e culturas diferentes que enriqueceram mais o seu universo, trazendo nas raízes do seu trabalho, as cores do folclore, das tradições e a simbologia do misticismo, da fé, das crenças e religiões que permeiam seu mundo existencial, participou de diversos salões oficiais, coletivas e exposições individuais, premiada dentro e fora do Brasil, destaca-se no mundo das artes.

# REQUERIMENTO N° 1110

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Eloir Júnior.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Eloir Júnior, artista plástico, estudioso das etnias, pinta o folclore e a convivência harmoniosa de todos os povos que imigraram para o Paraná, italianos, poloneses, ucranianos, portugueses, russos, espanhóis e alemães, com criatividade espontânea, sem a preocupação de seguir padrões, demonstrando todo o seu talento e transformando a realidade social em arte ao alcance de todos, que acabam se identificando de uma forma ou de outra com as suas origens.

# REQUERIMENTO N° 1111

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Ednir Vaz.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Ednir Vaz, artista plástico que transmite em suas obras cores vibrantes, desproporções, frequente ausência de profundidade e criatividade espontânea, sem a preocupação de seguir padrões, são as características mais constantes nas obras que apresentam simplicidade e espontaneidade individual, artista que empresta seu talento em benefício da comunidade, com ações como os cartões de Natal do Hospital Evangélico, que revertem em recursos para um melhor atendimento dos necessitados.

# REQUERIMENTO N° 1112

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Geraldina Galléas.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Geraldina Galléas, nascida em Fernandes Pinheiro, Paraná, iniciou sua vida artística em 1992, frequentou várias oficinas de artistas renomados, e desde 1999 frequenta o atelier livre Edilson Viriato, com participações também em diversos workshops, destacando-se entre as principais exposições, as individuais no Espaço Cultural Banco do Brasil Portão, SESC Terceira Idade, entre outras, premiada em diversas oportunidades, demonstra a qualidade e o inusitado de seus trabalhos.

# REQUERIMENTO N° 1081

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de agradecimento e felicitação ao Governador Roberto Requião, pela visita à Toledo no dia 20/03/09 e pelos benefícios estendidos ao Município e Região Oeste.

A visita da autoridade maior do Estado, no caso o Governador Roberto Requião, acompanhado de Secretários de Estado e Diretores de Estatais, é sempre um grande acontecimento, muito festejado pela comunidade, que é liderada por suas autoridades locais e representativas no âmbito regional e estadual, que agradecem os investimentos em obras de ampliação do sistema de coleta e tratamento de esgotos, no valor de R\$ 3.210.000 (três milhões e duzentos e dez mil reais), e mais a disponibilidade para a Prefeitura Municipal de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais) do Fundo de Desenvolvimento do Estado (FDE), que serão aplicados na compra de equipamentos para conservação e melhoria das estradas, construção de Centro da Juventude, centros comunitários e centro de saúde no Jardim Concórdia e revitalização da rua Rio Branco, recursos e obras que muito contribuirão na geração de empregos e renda, que naturalmente vêm ajudar na superação da atual crise financeira. E ainda, o lançamento do Programa de Incentivo às Atividades de Produção da Suinocultura.

Requer outrossim, seja enviado cópia do requerimento ao Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) DUÍLIO GENARI

# REQUERIMENTO N° 1095

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja informado aos Srs. Parlamentares desta Casa de Leis, a situação oficial das viaturas da Segurança Pública do Município de Ponta Grossa, conforme comunicados do Comandante do 1º Batalhão de Polícia Militar, Major João Jorge dos Santos Júnior e Delegada da 13ª Delegacia de Polícia, Dra. Araci Carmem Costa.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) JOCELITO CANTO

## Projetos de Lei

### PROJETO DE LEI N° 100/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada de Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, a rodovia BR-476 no trecho (privatizado) de Curitiba até o Município da Lapa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Com 82 anos de idade, faleceu dia 18 do corrente, o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, advogado, jornalista e empresário. Diretor-Presidente da Rede Paranaense de Televisão (RPC).

Ao protagonizar décadas de lutas pelo direito de expressão e pela integração de nosso Paraná, o jornalista Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, saiu da vida entrando definitivamente na história brasileira. Sua morte foi uma perda para o primado das liberdades.

Esse homem público incansável mostrava ao longo de sua vida que é possível construir um País moderno, dinâmico, progressista e justo. Ele foi responsável, em grande parte, por longos anos de campanhas para o bem do Paraná, principalmente no campo da cultura, da educação e da informação. O Dr. Francisco e as organizações (RPC), ajudou a construir um Paraná democrático. Tendo dedicado a sua vida a construção de uma das maiores redes de comunicação do Brasil, ele implementou as inovações necessárias e deixou sua marca na imprensa brasileira. À frente das organizações (RPC), ajudou o Brasil a se conhecer melhor, levando alegria e informações aos lares de cada recanto do País.

Queremos destacar aqui, neste momento de grande comoção nacional, o trabalho estafante do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, como jornalista e empresário na área social, patrocinou a arte e a cultura, com programas relevantes.

O Dr. Francisco, foi o responsável por uma das mais emocionantes sagas empresarial e jornalística do Brasil. Com a crença de quem poderia fazer sempre mais, construiu as bases de um conglomerado de comunicação que teve participação destacada nos eventos mais importantes.

Toda a travessia de anos de trabalho, nós sabemos, não foi fácil. Mas o espírito empreendedor do Dr. Francisco, o colocou na história como um dos homens mais arrojados do Brasil, uma pessoa dotada de um talento mágico, que, do quase nada criou empresas, viu o futuro, correu riscos, investiu, gerou empregos e ajudou a fazer a grandeza do Brasil. Se a comunicação, a cultura e o País perderam um homem de vanguarda, ganharam um imortal, não apenas como empresário, mas por seu exemplo de vida.

O Brasil, sem dúvida, ficou menor sem o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho. Ele ocupou um espaço destacado na história brasileira. Nos momentos difíceis do País, nunca lhe faltaram realismo e solidariedade ao nosso povo. Conseguiu, com sua vida, contribuir para mudar a vida de outras pessoas.

O Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, com seu espírito empreendedor, ficou na história como um dos homens mais arrojados do Paraná e do Brasil, uma pessoa dotada de um talento mágico. Sua morte foi uma perda para o primado das liberdades. Se perdermos uma referência, ganhamos um exemplo.

O Dr. Francisco nasceu na Lapa, era filho do saudoso Desembargador Dr. Francisco Cunha Pereira, deixou viúva Dona Terezinha, e os filhos Francisco Neto, Guilherme, Ana Amélia e Cristina e sete netos. Casou com Dona Terezinha no civil dia 27/12/56 e a cerimônia religiosa foi no dia 28. As honrarias do Dr. Francisco são 102 troféus e diplomas.

Pequenas histórias da Lapa. Apesar das inúmeras expedições exploradoras que antecederam ao ano de 1731, somente a partir desta data se estabeleceu o pouso do Capão Alto foi a João Pereira Braga e sua mulher Josefa Gonçalves da Silva.

A 13/07/1797, Capão Alto é elevado à categoria de Freguesia. A partir de 06/06/1806, Capão Alto passou a denominar-se Vila Nova do Príncipe. A Vila cresce e começa a receber forte fluxo migratório.

A Vila Prince (Lapa) - Contava com a população de 5 mil 406 habitantes. Um mil 858 escravos, sendo agricultura largamente desenvolvida, assim como comércio da localidade.

No período em que durou a Guerra dos Farrapos, a Vila Nova do Príncipe se transformou em base das forças legalistas. Em 30/05/1870 passou a ser sede de Comarca, sendo seu primeiro Juiz de Distrito o Dr. Antonio Cândido Ferreira de Abreu. No dia 07/03/1872, Vila Nova do Príncipe é elevado a categoria de Município e Cidade, com território desmembrado de Curitiba e denominação alterada para Lapa, que é o nome original geográfico, designando cavidades ou grutas que aparecem nas encostas das rochas existentes próximas a cidade, comumente denominadas de Lapa.

O Decreto Estadual nº 02, logo após a Proclamação da República instala a primeira Intendência Municipal e Câmara de Vereadores. É histórico o Cerco da Lapa, episódio ocorrido durante a Revolução Federalista de 1894, ocasião em que o General Gomes Carneiro foi morto em combate. A distância da Capital até a Lapa é de 71 quilômetros. Padroeiro Santo Antonio - 13 de junho. Data da comemoração municipal, mesma data.

Esperamos aprovação dos nobres colegas para homenagear o saudoso Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

**PROJETO DE LEI Nº 101/09**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a Associação dos Funcionários e Amigos do Núcleo Regional de Educação de Londrina - AFUNEL, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação dos Funcionários e Amigos do Núcleo Regional de Educação de Londrina - AFUNEL, de utilidade pública do Município de Londrina, desenvolve inúmeros trabalhos e ações em prol da comunidade londrinense, sendo um grande parceiro das políticas governamentais, como a campanha do agasalho do PRO-VOPAR, o programa da SEED Paraná Alfabetizado, etc.

A AFUNEL merece nosso empenho em reconhecer seu caráter de utilidade pública, afinal ela já é uma instituição de utilidade pública reconhecida na sociedade.

**PROJETO DE LEI N° 102/09**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1° Ficam obrigadas as instituições de ensino superior do Estado do Paraná, ao elaborar suas listas de títulos de livros a serem estudados para os exames vestibulares, a colocar título dos livros de autores paranaenses, na proporção de 50% (cinquenta por cento).

Art. 2° Considera-se autor paranaense aquele que nasceu ou tem residência fixa no Estado do Paraná há, pelo menos, 15 (quinze) anos e que tenha publicado não menos de 03 (três) obras, com edição mínima de 1 mil exemplares, devidamente comprovadas pelos respectivos “depósito legal” na Fundação Biblioteca Nacional.

Art. 3° A escolha dos títulos de autoria paranaenses será feita pelas próprias instituições de ensino superior, respeitando os critérios de adequação, qualidade literária e alternância, dentre as obras cadastradas pela Secretaria de, que regulamentará a presente lei.

§ 1° Os autores paranaenses cadastrarão suas obras na Secretaria de Estado.

§ 2° A seleção, de que trata este artigo, será feita, anualmente, com as alterações de ao menos 33% (trinta e três por cento) das obras de autores paranaenses, de modo a alterar toda a lista no prazo mínimo de (03) três anos. É vedada a repetição de listas.

Art. 4° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) MAURO MORAES

**JUSTIFICATIVA:**

Com este título Autores Paranaenses, queremos significar aqueles escritores que nascidos no Paraná, aqui publicaram suas obras. Autores que têm contribuído para a perenização da cultura paranaense, seja através de romances, contos ou poesias. Filhos do Paraná, que fixando em letras e forma dos seus pensamentos, têm deixado suas marcas e concretizado suas contribuições para com a literatura paranaense.

Praticamente todas as instituições de ensino do Estado do Paraná que preparam seus alunos para realizar exames vestibulares não têm como prática listas títulos de livros de autores paranaenses. Essas instituições de ensino - por razões que lhes são próprias - recomendam, invariavelmente, autores de outros Estados e inclusive estrangeiros. O que se propõe com este projeto de lei é que pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos títulos dos livros recomendados sejam de autores paranaenses.

Tal prática fará com que a produção dos autores paranaenses possa ser conhecida, estudada, consumida e valorizada pelos paranaenses. A começar pela juventude onde invariavelmente se formam os bons hábitos de leitura. Além de fomentar o hábito de leitura tal medida estará fomentando também que as obras dos escritores paranaenses sejam conhecidas e difundidas. Da mesma forma poderia abrir possibilidades para que muitos dos autores paranaenses surgissem e/ou saíssem do anonimato em que se encontram, ao transformar as obras dos autores da nossa terra em objeto de estudo do nosso numeroso contingente discente.

Assim, este projeto de lei favorecerá: a) o conhecimento das obras dos autores paranaenses; b) o consumo interno daquilo que é produzido na cultura do nosso Estado; c) o aumento tanto da leitura quando da comercialização dos livros dos autores paranaenses; d) promoveria um maior conhecimento e a necessária valorização daquilo que é produzido pelos nossos autores; e) fomentaria tanto a procura quanto a comercialização de um produto genuinamente paranaense, ou seja, o livro.

Além disso, ou seja, com adoção dessa nova prática, as obras dos autores paranaenses passarão a ter maior procura e circulação, pois todas as livrarias do nosso Estado passariam a comercializar um maior número de obras dos autores paranaenses.

E mais, todas as livrarias do Estado do Paraná estariam fomentando a comercialização e o consumo de um produto genuinamente paranaense, vale dizer, da cultura que se produz no Estado do Paraná através dos seus autores. Se privilegiássemos tão-somente esta última razão, ela se constituiria, e por si só, uma consistente justificativa para sua aprovação, uma vez que contempla o elevado alcance social, econômico e cultural deste projeto.

Para que não se alegue vício de competência ou de ingerência do Poder Legislativo Estadual junto à iniciativa privada, deve-se ressaltar que está dentro dos limites da Constituição Estadual nos artigos listados abaixo como seguem:

Artigo 53 e seus itens XVI e XVII; artigo 65 e artigo 190.

Na Lei de Autonomia Universitária:

Artigo 2° e item 3.

E na Constituição Federal:

Artigo 3°, itens I, II, III e IV. Artigo 23, item X. Artigo 24, item V. Artigo 215 em seu parágrafo 1°.

Portanto, na forma da Constituição Federal e Estadual, é competência do Poder Legislativo Estadual dispor sobre a matéria.

PROJETO DE LEI N° 103/09  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1° O uso do passeio público fronteiro às livrarias, confeitarias, restaurantes, lanchonetes, bares e similares, já instalados, com alvará de funcionamento expedido, ou que venham a instalar-se no âmbito do território paranaense, poderá ser objeto de permissão para colocação de estantes de venda, mesas, cadeiras e toldo, desde que obedecidas as seguintes condições em consonância com as normas do Poder Executivo dos Municípios:

I - a instalação de mobiliário obedecidos os padrões definidos pelo Município nos passeios, não poderá obstruir ou bloquear nem tampouco dificultar o acesso de veículos, o livre trânsito de pedestres, em especial de portadores de necessidades especiais, nem a visibilidade dos motoristas em confluência de vias;

II - a preservação de faixa de circulação que permita o livre e seguro trânsito de pedestres, em largura e dimensões a serem determinadas quando da concessão da permissão prevista no *caput* deste artigo.

§ 1° Excepcionalmente, fica a critério da Administração Municipal, os estabelecimentos que poderão utilizar os passeios fronteiros de seus vizinhos laterais, até 1/3 da sua testada, desde que apresentem autorização expressa dos mesmos e promovam a manutenção e limpeza da área.

Art. 2° O não cumprimento dos dispositivos do artigo anterior, no todo ou em parte, implicará ao infrator.

I - Na primeira notificação cumulada com multa de 80 (oitenta) UPF's - PR, tendo o mesmo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a devida regularização;

II - em caso de reincidência, em uma segunda notificação cumulada com multa de 160 (cento e sessenta) UPF's PR, tendo o mesmo prazo de 72 (setenta e duas) horas para a devida regularização;

III - em caso de nova reincidência ou não regularização nos prazos dos incisos anteriores, além da aplicação da multa prevista, na cassação da permissão pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, e máximo de 5 (cinco) anos.

§ 1° Revogada a permissão por infração, a Prefeitura Municipal intimará o permissionário a retirar os equipamentos, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após o que serão apreendidos e removidos.

§ 2° Em caso de reincidência, revogada a permissão por infração, serão efetuadas a apreensão e remoção dos equipamentos se, no prazo imediato, caso não tiverem sido retirados do local.

Art. 3° A permissão de que trata esta lei será dada, caso a caso, a título precário e oneroso, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos, pela Secretaria Municipal de Urbanismo ou órgão competente do Município.

Art. 4° Os critérios das permissões e sua regulamentação tratados nesta lei serão estabelecidos por decreto das Prefeituras de cada Município do Estado do Paraná.

Art. 5° As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

Esta lei visa estabelecer um plano de igualdade com bares, lanchonetes e afins, que desfrutam de tal regalia com a extensão física por meio de mesas e cadeiras instaladas junto das suas portas, atraindo uma grande clientela e o atendimento de um público cada vez maior, pois dispõem de leis específicas em muitos Municípios paranaenses em detrimento das livrarias que são, efetivamente, as que mais merecem o apoio legal para divulgar seus produtos, os quais irão enriquecer as mentes paranaenses.

Entendo que estenda-se este direito às livrarias em geral, como aliás se verifica em países, não só vizinhos, mas em países Europeus que utilizam dessa prática há muitas décadas e, no intuito de estimular o contato das pessoas com o livro e aumentar a aquisição de cultura e conhecimento do nosso povo que apresenta, lamentavelmente, um dos mais baixos índices de leitura do mundo, vejamos alguns dados:

O brasileiro lê bem menos que os habitantes dos países desenvolvidos. Aqui são em média 2,5 livros por ano, contra 22 na Espanha, 15 em países como a Suécia e Dinamarca, 10 nos Estados Unidos, 9 em Portugal e na Argentina lê-se em média 14 livros.

As diferenças regionais brasileiras também conspiram contra o crescimento do hábito da leitura, já que só há livrarias em 30% dos 5 mil 564 Municípios.

Não é exato o número de livrarias existentes no país porque é fácil obter-se um registro de funcionamento, mesmo que o negócio principal não seja a venda de livros. Mas é seguro afirmar-se que o Brasil tem hoje menos de 2 mil 700 livrarias, 70% das quais são de pequeno porte. Um número muitíssimo inferior ao que seria ideal, na visão da Organização das Nações Unidas (ONU), para um país com mais de 190 milhões de habitantes.

Segundo Vitor Tavares, Presidente da Associação Nacional de Livrarias (ANL) e executivo na área há 20 anos, um número razoável no Brasil seria de 4 mil 900

livrarias. Para a ANL, faltam incentivos para que mais livrarias sejam abertas e ainda mais um agravante, falta profissionalização para àquelas que estão abertas.

Indubitavelmente, creio que meu desejo despertará o de todos os Nobres Pares desta Casa de Leis, assim solicito o apoio à matéria aqui elencada.

PROJETO DE LEI Nº 104/09

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os materiais furtados ou roubados recuperados pela Polícia Civil e Militar que não forem reclamados por seus respectivos donos, deverão ser leiloados ou doados para entidades assistenciais no prazo máximo de até 6 (seis) meses.

Parágrafo Único. A expressão “materiais” prevê qualquer tipo de material apreendido, como eletrodomésticos, móveis, objetos em geral e automóveis (estes observando a Lei Federal nº 6575 de 30/09/78).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A presente lei estipula prazo de seis meses para que os objetos furtados ou roubados que foram recuperados pela Polícia Civil ou Militar sejam leiloados ou doados para entidades assistenciais, dessa forma objetivando o reaproveitamento dos materiais que sem destino específico estão se degradando nos depósitos das delegacias.

O armazenamento desses materiais nos depósitos das delegacias, além de contribuírem para seu desuso e extrativo também para que pessoal mal intencionadas tomem posse dos objetos.

Com a doação para entidades assistenciais o projeto visa ajudar quem realmente necessita. Enquanto esses objetos ficam armazenados sem utilidade alguma por tempo indeterminado eles poderiam estar sendo muito bem utilizados por pessoas que realmente precisam. No caso de leilões, o dinheiro arrecadado deve ser depositado no Tesouro Nacional do País, como ocorre com alguns objetos específicos, com o diferencial do prazo máximo de armazenamento o qual é o objetivo do presente projeto.

Diante do exposto e da relevância do projeto esperamos o devido apoio e a consequente aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 105/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica inserido na grade curricular do ensino público do Estado do Paraná, o conteúdo de Educação Financeira, nos termos desta lei.

Parágrafo Único. O conteúdo referido neste artigo será estipulado pela Secretaria da Educação do Paraná e inserido nas disciplinas atuais, devendo obrigatoriamente incluir:

I - conceitos básicos de economia;

II - estimular hábitos de poupança;

III - noções sobre as várias formas de investimento no mercado;

IV - noções de vocabulário tributário e siglas;

V - noções sobre as formas de ganhar, gastar e aplicar as economias;

VI - explicações sobre moedas, juros, inflação, bolsa, rendimentos e etc.

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/03/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa integrar ao currículo escolar do ensino público estadual do Paraná a Educação Financeira.

A orientação aos adolescentes de como lidar com seu dinheiro se mostra de suma importância. O projeto visa guiá-los demonstrando formas de realizar um planejamento das suas finanças pessoais de uma forma didática, saudável e sustentável. A disciplina irá transmitir conceitos básicos de economia, estimulando hábitos de poupança e instruindo o aluno sobre as diversas formas de investimentos existentes no mercado, demonstrando com clareza a importância de poupar e investir para o futuro.

Nos Países desenvolvidos a educação financeira tradicionalmente cabe as famílias, e a escola cabe o reforço desse ensinamento. Implantando este conteúdo nas escolas visamos enfatizar esse ensinamento necessário. O adolescente deve receber esse tipo de orientação, evitando, por exemplo, o endividamento e comprometimentos inesperados. A adoção de princípios básicos de planejamento e controle financeiro irá possibilitar a esses alunos o rápido alcance das metas estabelecidas, além de aprenderem a planejar a sua vida financeira.

***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

No Pequeno Expediente, primeiro orador inscrito,  
Deputado Antonio Belinati.

***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Antonio Anibelli, hoje presidindo a Sessão da Assembleia Legislativa, grande companheiro das jornadas de 1974 e da minha família, que teve o privi-



légio de votar, ser eleitor e cabo eleitoral do seu saudoso pai. Nosso querido Deputado Nishimori, que a colônia nipo-brasileira ainda recorda o trabalho de V. Exa. na vinda do Príncipe, naquela grande celebração que o Brasil todo fez, numa homenagem ao aniversário da imigração japonesa para o Brasil.

Deputado Carlos Simões, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, comitê de imprensa, visitantes ilustres.

Primeiramente, Presidente, não é novidade que o mundo está vivendo uma crise, e em crise quase sempre o primeiro a se ferrar é o trabalhador. A primeira cabeça que rola é a do trabalhador, por causa das demissões. Bom, havendo demissão, falta dinheiro. Aliás, o dinheiro passa a ficar curto inclusive para quem até está empregado ou é empresário. Agora, diante de uma crise, é lamentável que o Governo do Presidente Lula aumente o preço do botijão de gás.

Na semana passada, segundo o DataFolha, o Governo do Presidente Lula sofreu a primeira descida na sua popularidade, já sentindo o efeito da marola que ele falou que era uma marolinha a crise mundial, que ela não viria para o Brasil, e agora está fazendo marola inclusive na popularidade do Presidente Lula. O Presidente Lula teve uma queda em sua popularidade, e não foi pequena não.

Hoje, o que queremos é lamentar que, em plena crise, o Presidente Lula esteja autorizando aumentar o preço do botijão de gás. Aliás, se tem alguma coisa que é desumana neste País é que o preço da água é o mesmo para o rico, para o magnata, é o mesmo para o pobre, para o favelado, para o desempregado; a conta de luz é a mesma - estou dizendo o quilowatt; o minuto falado no telefone é o mesmo preço para o rico, para o remediado, para o pobre. Então, você pega ali uma pessoa que vive de salário-mínimo, ela vai pagar por um botijão de gás o mesmo preço do que aquele que é rico, que é poderoso. No entanto, não é isso que estamos discutindo, porque para isso ainda não há uma solução. O que estamos questionando é o Presidente Lula estar autorizando aumentar em 15% o preço do botijão de gás. Parece que não é nada. "Ah, o que é 15%? Vai para R\$ 40."

Deputado Duílio Genari, meu grande querido Líder do PP, andando pelas vilas eu vejo quanta gente vindo de bicicleta ou carregando nas costas o botijão de gás, porque quando passou o caminhão de gás a pessoa não tinha um maldito dinheiro para comprar. Aí, quando arrumou uns trocados foi lá, foi de bicicleta, de moto, foi lá. Tem pessoas que pegam táxis para ir buscar um botijão de gás, aí que fica mais caro ainda.

Acho que o Presidente Lula não sabe disso, a quantidade de pessoas que muitas vezes não têm o dinheiro para comprar um botijão de gás quando está passando um caminhão na porta da casa do trabalhador. Aí, vem o Presidente Lula, acha que está tudo bem, ferro na classe trabalhadora, ferro no povo, 15% de aumento no preço do botijão de gás. Nota zero, zero, zero, para o cabeçudo que está colocando esse aumento aí. O povo não merece isso.

Bom, outra coisa, nesta tarde de segunda-feira, é sobre os paranaenses que estão no Japão. Amanhã vamos entrar com um pedido para o Itamaraty no sentido de dar uma ajuda aos dekassegus, para esses descendentes de japoneses, Deputado Nishimori, que são milhares, inclusive da sua Cidade, Maringá, da minha Cidade, Londrina, aqui do nosso Paraná, de várias regiões do Brasil. Eles foram para o Japão na esperança de trabalhar e até de ficarem ricos e teve o grande momento que eles ganharam dinheiro.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do PP***

Então, Deputado Nishimori, a notícia que está circulando é que são milhares de brasileiros, mais de 50 mil que perderam o emprego no Japão, muitos estão passando fome e não podem nem ir de uma Cidade para outra porque não têm dinheiro para nada. Então, num espírito de solidariedade, o Itamaraty, o Governo Federal, o Governo do Presidente Lula, deveria agilizar algum atendimento para trazer de volta esse povo. Alguém vai dizer: "Ah, mas vai trazer de volta! É mais concorrência com quem está aqui". Não importa se é concorrência ou não, mas fala mais alto a solidariedade que temos que ter. Essa sugestão, inclusive, foi mandada pelo nosso ex-Deputado, nosso colega, brilhante Parlamentar, foi Vereador, Secretário Municipal, advogado dos mais inteligentes, Moisés Leônidas de Oliveira. E ele me mandou aqui uma matéria:

"Amigo Belinati, com a crise econômica que está atingindo o mundo todo, estamos deparando com uma situação extremamente difícil, especialmente com os brasileiros que migraram para outros Países em busca de novas oportunidades de trabalho. No momento, na condição de estrangeiros, estão tendo prioridade na demissão dos empregos, até porque cada País deve proteger os seus cidadãos.

No Japão, salta aos olhos o que está acontecendo com os descendentes que lá estão, na sua grande maioria, originários do nosso Estado do Paraná. Muitas famílias sem emprego estão morando em abrigos, quando não morando literalmente nas ruas, embaixo de viadutos, sem dinheiro para pagar a moradia, sem dinheiro para comprar a comida, estão sem agasalhos e, sobretudo, sem mais aquele sonho gostoso de uma vida melhor no exterior, especialmente no Japão."

Vejam, então, nobres colegas, é muita gente, e acho que cada Deputado aqui deve ter muitos amigos que foram em busca de uma esperança no Japão, como resalta o ex-Parlamentar Moisés de Oliveira. Estavam indo bem, mas houve a crise e a demissão está saindo em massa. Alguns tinham dinheiro, voltaram e aplicaram dinheiro aqui. Mas a imprensa tem ressaltado que tem mais 50 mil brasileiros sem dinheiro para pagar aluguel, estão morando embaixo de viaduto, de ponte, sem dinheiro para comida, agasalho e acima de tudo sem dinheiro para retornar para esta Pátria querida, Brasil.

“Como idéia, para você que é um Parlamentar sensível.” Ele está mandando esta sugestão. Esse povo mensalmente mandava para cá dólares, em quantidade considerável, que durante décadas foi muito útil ao Brasil, em especial, ao nosso Estado.

Governador Requião, o senhor como Governador poderia dar uma mão, somar a sua força no Governo do Paraná e mais a ajuda do Governo Lula, para trazer de volta aqueles que estão na miséria, no fundo do poço, demitidos, desempregados no Japão. Volto a repetir que isso é ato de solidariedade e humanidade. Fica aqui esse nosso apelo.

Nobre Presidente, nobres Parlamentares, associe-me também às homenagens do Paraná e de grande parte do Brasil, ao grande paranaense Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor-Presidente do Grupo RPC, que agrega dentre outros veículos a poderosa Gazeta do Povo, a Rede Paranaense de Comunicação, afiliada à Rede Globo, o Jornal de Londrina e algumas emissoras de rádio. Independente do grande poderio do Dr. Francisco, conheci grande parte de sua vida, de perto essa obra extraordinária que ele realizou, consagrado como o maior, o gigante de todos os paranistas.

Algumas regiões do Paraná só não estão hoje pobres porque o Dr. Francisco conseguiu a vitória em grandes campanhas, como aquela dos royalties de Itaipu e a que ele combateu a separação do Paraná, a criação do Estado do Iguazu. Campanhas sociais realizadas por ele, no combate à miséria, apelando para que cada empresário abrisse uma vaga no seu coração, para dar emprego para mais um.

Eu tinha o Dr. Francisco como meu segundo pai. Ele faleceu exatamente no dia em que meu saudoso pai, José Belinati, faria aniversário. Eu conheci um lado dele que pouca gente conheceu e sempre no anonimato. Porque nunca vi em nenhum jornal, canal de televisão ou comunicação qualquer alarde. Tem gente por aí que não faz quase nada pelo povo e faz muito mais propaganda, até do que não fez, para querer criar a imagem de humanitário, de humanista. O Dr. Francisco sempre foi avesso a qualquer tipo de promoção pessoal.

Nobres Deputados, quantas pessoas ficaram necessitadas de ajuda e só tiveram um ombro amigo: o do Dr. Francisco. Recordo-me do jornalista Valcimar, que cobria esta Casa, fazia a parte política da Gazeta do Povo, que pegou uma doença incurável e ele teve em todo o momento de sua enfermidade o socorro, a ajuda, a solidariedade. Não sei até se ele tinha da sua família, mas tinha desse grande e extraordinário homem, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

Lembro-me do jornalista Carlos Roberto Max, solitário, sem família, com poucos amigos, morando aqui em Curitiba, pegou uma doença incurável; estava à beira da morte. E um dia, de maneira surpreendente, no anonimato, quem foi lá naquela pensão, tirar dali aquele jornalista que estava moribundo e encaminhá-lo ao hospital para que tivesse um atendimento digno? Dr. Francisco

Cunha Pereira Filho. Isso eu testemunhei. Acho que nem família aquele jornalista tinha. Era solitário.

O Paraná chora a perda desse grande homem, cujo nome está inserido na história como o maior de todos os paranaenses.

Todas as noites, nas minhas orações, uns quatro anos, orava pela saúde do Dr. Francisco. Sabia que era grave o seu estado de saúde. E quero aqui prestar a homenagem à sua esposa, aos seus filhos, que deram todo apoio, toda assistência, tudo o que era preciso ser feito para tentar salvar a vida ou para prolongar a vida do pai. Fizeram com muita paixão, com muito respeito. É uma família de bem. Nossa homenagem aos filhos. Deus está feliz com o que os filhos fizeram ao pai.

E, Dr. Francisco, agora no céu, descanse em paz. Continue olhando pelo Paraná, continue olhando, sobretudo como sempre no anonimato, em favor dos pequenos, dos humildes e das grandes causas sociais do nosso Paraná. Que Deus dê a esse grande brasileiro, a esse grande paranista, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, o descanso eterno.

#### O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch, no Pequeno Expediente. Já inscrito também no Grande Expediente por 15 minutos.

### *Deputado Elio Rusch (DEM)*

#### O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o horário do Pequeno Expediente, também possivelmente o Grande Expediente, para discorrer sobre um assunto que está sendo debatido hoje no Brasil inteiro, que é o Código Florestal Brasileiro.

A FAEP, que é a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, junto com a OCEPAR, que é a Organização das Cooperativas, e com os sindicatos locais e outras entidades, estão promovendo no Estado do Paraná, nas mais diversas regiões, encontro com os agricultores do nosso Estado.

Tive o privilégio, na última sexta-feira, de participar do encontro na Cidade de Cascavel. Pela parte da manhã, a FAEP, com outras lideranças, Deputados Estaduais, Senadores, estiveram reunidos na Cidade de Maringá. E à tarde, na Cidade de Cascavel, no Centro de Convenções. Srs. Deputados, 5 mil e 500 cadeiras estavam colocadas para os agricultores sentarem. Mais de 2 mil agricultores estavam em pé. Todas as cadeiras estavam ocupadas. Acredito que aproximadamente 8 mil agricultores estavam reunidos na Cidade de Cascavel, no Oeste do Estado, para debater exatamente uma questão que aflige, que preocupa e que traz uma inquietude para os agricultores, não só do Paraná, mas do Brasil inteiro.

Sabemos que o Código Florestal Brasileiro é muito antigo e tem que prevalecer neste momento o bom senso.

Nenhum agricultor, seja pequeno, médio ou grande, não pode ser visto como destruidor da natureza. Se houve erros no passado temos que corrigi-los agora, mas sem punição, dar tempo, orientar os agricultores.

Deputado Dobrandino, eu que vim para o Paraná, mais precisamente em janeiro de 1972, no Oeste do Estado, quando começou a derrubada das matas, na era da mecanização da nossa agricultura, o Norte, o Norte Pioneiro, da terra do nosso amigo Deputado e Prefeito de Londrina, Antonio Belinati, já estava desbravado, a cultura do café estava em expansão, mas o Governo Federal financiou o agricultor para fazer a derrubada do mato e não se fez uma fiscalização na época para que se preservassem os 20%, que já era lei naquela época. Não houve uma fiscalização por nenhum órgão ambiental e nem pela instituição financeira que financiou o agricultor. E o agricultor que veio então para o Paraná, desbravaram as nossas matas, cultivou e estão cultivando a nossa terra, atualmente ele tem que repor a reserva legal. Sabemos que isso é necessário. Precisamos preservar o meio ambiente, mas dentro de uma racionalidade, sem punição.

Estava presente naquele encontro em Cascavel, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, o Senador Osmar Dias, o Presidente do IAP, Vitor Hugo, os Deputados Federais Alfredo Kepler, Sciarra, Sperafico, Miqueletto e também o Deputado Ricardo Barros, e nós também estávamos presente, como Deputado Estadual.

Quer dizer, os pronunciamentos de todos foram unânimes, todos sabem que precisamos preservar o meio ambiente, mas dar condições para que o agricultor possa ser legalizado.

Ora, a Assembleia Legislativa ou as Assembleias Legislativas do nosso País, em cada Estado, não têm como legislar sobre o Código Florestal, porque é uma legislação federal. Mas o que podemos fazer no Estado é criar condições para que o agricultor possa legalizar a sua propriedade, a reserva legal, dentro do mesmo...

**(Término do tempo)**

## ***Passa a usar o horário do Grande Expediente***

... bioma, ou mesmo dentro da mesma microbacia. Então, tudo isso é possível. E nós aqui na Assembleia Legislativa aprovamos uma lei de autoria do Deputado Cheida, e diga-se de passagem o Deputado Cheida já foi Secretário do Meio Ambiente do Estado do Paraná, do Governo Roberto Requião, e também de autoria do Deputado Teruo.

Quer dizer, todos nós Deputados já aprovamos, por unanimidade, esta lei dando condições para que os agricultores do nosso Estado pudessem, através de condomínios rurais, fazer a sua legalidade com a reserva legal.

Ora, Srs. Deputados, qual foi a nossa surpresa quando o Governador do Estado vetou esse projeto. Então, se quisermos preservar o meio ambiente e dar con-

dições para que a fauna e a flora possam efetivamente prosperar através da biodiversidade, não adianta nós, em cada propriedade de 10 alqueires, ter 20% da reserva legal, cinco alqueires, termos um monte de pequenos matinhos que não resolvem o problema.

Então, faz-se através de condomínio, com grandes áreas, e os agricultores se legalizam, junto com a questão ambiental. É isso que os agricultores pedem.

E uma outra questão que está sendo exigida e está sendo discutida hoje, felizmente o Presidente da República e o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes foi muito pronto e foi até meio duro em relação ao enfrentamento que ele teve com o Ministro do Meio Ambiente, o Minc, que queria que todos os agricultores legalizassem aos seus 20%, já em janeiro deste ano. Isso foi prorrogado até janeiro de 2010.

Agora o Congresso Nacional vai votar o Código Florestal Brasileiro. Voltando, tem que se flexibilizar, dar condições para que os agricultores possam legalizar as suas partes. Para tanto, a própria FAEP, através do seu Presidente, o Sr. Ágide Meneghetti, ele foi até de certa forma tímido em relação às suas solicitações e àquilo que foi apresentado na reunião em Cascavel, que foi apresentado em Maringá, que vai ser apresentado no Sudoeste, no Centro, no Norte Pioneiro, enfim, em todas as regiões aonde a FAEP vai discutir essa questão com os agricultores do nosso Estado. Agora, quem vai aprovar isso é o Congresso Nacional, são os Deputados Federais e os Senadores.

Percebemos que existe, ao menos por parte daqueles Deputados que lá estavam presentes e do próprio Senador Osmar Dias, a vontade de resolver essa questão, e tem que ser resolvida. Mas, não adianta você querer forçar essa posição se você não der condições.

Todo mundo fala do meio ambiente. Olha o que a FAEP disse, mas antes disso, tenho que apresentar outros números para os senhores. O próprio Ministro da Agricultura, o Reinhold Stephanes, trouxe número que eu já ouvi falar, mas como veio por parte do Ministro da Agricultura é um número que realmente chama atenção. O Ministro disse que 30% das florestas do mundo estão no Brasil.

Então, se cria através das ONGs no nosso País, através dos institutos de meio ambiente, para querer punir os nossos agricultores, quando na verdade o Brasil é responsável por pouco mais de 1% da poluição que vai para a atmosfera. Enquanto que a Holanda polui 18 vezes mais que o Brasil. Vem as ONGs lá da Holanda aqui no Brasil dizer que tem que preservar a floresta. Aí vem os Estados Unidos, as ONGs que estão ligadas, em torno de 21% da poluição que é jogada na atmosfera para criar o efeito estufa é poluído por quem? Pelos grandes Países desenvolvidos: Estados Unidos, China, Japão e assim por diante, eles que poluem. O Brasil é responsável por 1%. Agora outro número, Srs. Deputados e para a imprensa do Paraná, a área total do Brasil, apenas 6% do nosso solo brasileiro está sendo usado para produzir soja, milho

e trigo, a nossa cultura. E se faz um terror em cima dos nossos agricultores. Então, aí que tem que prevalecer, acima de tudo por parte do Congresso Nacional e das ONGs que muitas vezes são patrocinadas, como se o Brasil fosse o grande responsável pela destruição da natureza.

Olha, vamos resolver? Vamos resolver sim. Mas, vamos ter a santa paciência e respeitar a soberania do nosso País.

Só gostaria de ler para os Srs. Deputados para que fique registrado nos Anais da Casa, o mínimo que a própria FAEP tem dito. Não adianta queremos tudo aquilo que os agricultores desejam, vamos avançar dentro dos limites e daquilo que é possível. Isso aqui não cria maiores problemas, desde que as ONGs, desde que o Congresso Nacional se sensibilize diante dessa questão. A FAEP tem debatido isso com o seu conselho, através da sua entidade, com o setor produtivo, algumas propostas das mudanças do Código Florestal Brasileiro:

**(Lê):**

*Propostas de Mudanças do Código Florestal*

\* *Computar as áreas de preservação permanente (matas ciliares, várzeas, encostas e topos de morros) como parte da reserva legal de 20% do total da propriedade.*

\* *Permitir a continuidade das atividades agropecuárias em áreas de preservação permanente consolidadas em uso há mais de 10 anos, com a utilização de tecnologias conservacionais.*

\* *Autorizar a recomposição da reserva legal com a utilização parcial de até 50% de espécies arbóreas econômicas consorciadas com espécies nativas.*

\* *Permitir a recomposição de áreas de preservação permanente com agricultura sustentável, viabilizada por projetos técnicos.*

\* *Respeitar os produtores que buscam a regularização do passivo ambiental na reserva legal e áreas de preservação permanente permitindo a regularização sem punições.*

\* *Permitir a recomposição ou servidão florestal ao mesmo bioma ou pagamento em dinheiro do passivo ambiental para um Fundo Federal de Recomposição Florestal, destinado ao pagamento de indenizações.*

\* *Estabelecer no Paraná o Zoneamento Econômico Ecológico - ZEE - para nortear as ações ambientais no Estado em função da produção agropecuária, industrial e dos centros urbanos.*

\* *Aumentar o prazo previsto para compensação e averbação da reserva legal a partir da vigência da nova lei, levando-se em conta as dificuldades para realizar o georreferenciamento e os trâmites burocráticos.*

Estas são algumas solicitações que a própria FAEP tem colocado à apreciação dos Srs. Deputados do Paraná. E com toda certeza isto será debatido nos mais diversos Estados, porque na sexta-feira mesmo o Ministro da Agricultura participou, na parte da manhã, de um grande encontro no Rio Grande do Sul, também com agricultores, sobre a questão do Código Florestal Brasileiro.

Então, o que precisamos é fazer com que o IAP aqui no Estado do Paraná faça efetivamente o que o Sr. Vitor Hugo disse, que não veja no agricultor o destruidor da natureza, que os agentes da Polícia Verde não vão à propriedade rural e multem o agricultor, que não vão à propriedade rural e algemem, prendam o agricultor. Não façam isso. O que precisamos é preservar o meio ambiente, sim, mas dar condições, orientar o nosso agricultor de que forma ele deve fazer.

#### **O Sr. Luiz Nishimori (PSDB)**

Deputado, estive também participando desta grande reunião dos agricultores em Maringá, promovido pela FAEP e OCEPAR, e estou de pleno acordo com o seu pronunciamento na questão do meio ambiente, tanto na questão da reserva legal como mata ciliar. Eu digo que a questão da reserva legal é uma lei federal que foi instituída no ano de 1965. Já se passaram 44 anos e ainda não conseguiram resolver. Então, eu diria que foi uma lei que não deu certo. Temos que mudar esta lei do Código Florestal e também a questão da reserva legal e outras coisas.

A questão o meio ambiente é importante, sem dúvida nenhuma, mas precisamos da atividade econômica, atividade dos agricultores. Talvez as Cidades que poluem, poluem mais que o próprio campo. E também muitos países do Primeiro Mundo, que não assinaram a intenção do Protocolo de Kyoto, que poluem muito mais que nosso País. Então, não são só os agricultores que pagam e que têm que ser prejudicados com esta lei. As propostas são boas e necessárias neste momento. Esperamos que o Congresso Nacional aprove esta lei, a nova Lei do Código Florestal.

Muito obrigado pelo aparte.

#### **O SR. ELIO RUSCH (DEM)**

Agradeço, Deputado.

Vejam algo que foi debatido ainda, a pequena propriedade. Tenho falado em Cascavel com um agricultor que tem três alqueires de terra. Ele diz que tem na propriedade uma nascente que percorre toda a extensão da sua propriedade. Três alqueires é o mínimo. E o que diz a lei: quando é uma nascente de rio, pequena, tem que deixar uns 30 metros para cada lado. Então, já perde 60 metros de propriedade e ainda deixar os 20%? Quer dizer, é o caos, inviabiliza-se o pequeno agricultor economicamente. Você acaba com ele. E o que ele vai fazer? Virá morar na Cidade, nos grandes centros, nas periferias e se torna um problema para a nossa Nação.

Então, tem que existir o bom senso de que a mata ciliar deve integrar os 20%, como disse muito bem a FAEP em sua proposta, assim como o topo de morro, a inclinação de 45°, enfim, tudo isso tem que ser levado em consideração e também a pequena propriedade. Sempre tenho dito que quem tem 100 alqueires de terra, se ele retirar 20% ele sobrevive com os 80 alqueires, mas quem tem três alqueires de terra e retira 20%, como é que ele vai sobreviver? Então, tem que existir, efetivamente, por

parte do Congresso, na hora da votação do Código Florestal do Brasil, tem que prevalecer o bom senso. As ONGs não podem radicalizar, assim como o setor produtivo também não pode radicalizar. Temos que sentar em uma mesa e vermos o que podemos fazer. É como eu disse: o Brasil tem 40% das florestas do mundo.

Concedo um aparte ao Deputado Dobrandino.

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Obrigado, Deputado Elio.

V. Exa. falou em algo agora que é importantíssimo, que é preciso ser usado bom senso, que é o que o que não há. Hoje, na verdade, o atual Presidente do IAP, o Vitor Hugo, ele tem até usado de bom senso, ele tem alguns planos interessantes e está agindo de boa-fé. Ma, acontece que se o Congresso Nacional não regulamentar rapidamente essa lei, ficam os agricultores expostos às mãos da Força Verde e muitas vezes estão sendo até ameaçados e maltratados pela burocracia da Força Verde.

Então, também acho que precisamos preservar o meio ambiente, não podemos acabar com a mata, mas temos que limitar isso. Tem que haver uma regulamentação para que deixem realmente o necessário e que os agricultores possam trabalhar no campo.

Obrigado.

**O SR. ELIO RUSCH (DEM)**

Concedo um aparte ao Deputado Miltinho Pupio.

**O Sr. Miltinho Pupio (PSDB)**

Deputado Elio Rusch, estou ouvindo o seu pronunciamento e temos trabalhado bastante nessa área do meio ambiente. Inclusive o senhor deve saber que aprovamos nesta Casa uma lei de minha autoria e do Hermas Brandão, que vinha a encontro dos anseios dos produtores do nosso Estado, que na época o Governador vetou. Derrubamos o veto e o Hermas Brandão promulgou. E conversando com o Secretário de Meio Ambiente, o Vitor Hugo, ele diz inclusive que poderíamos aproveitar essa lei dentro desse pronunciamento que o senhor está fazendo da FAEP, que é enquadrar junto a reserva legal com a permanente, que são os 30 metros em minas de águas pequenas. Tenho muitos casos desses na minha região também, dos pequenos produtores que se realmente retirarmos 20% de reserva, mais a mata ciliar, ele vai ficar sem propriedade.

Mas, essa conversa esta avançada, o Vitor Hugo tem trabalhado bastante nessa questão, inclusive com o Ministro em Brasília, e estamos aí elaborando um projeto, sendo que já foram feitas reuniões aqui na Assembleia tratando desse assunto. Então, acho que alguns dias teremos já um pronunciamento ou uma informação melhor do nosso Secretário do Meio Ambiente, o Vitor Hugo, dizendo da possibilidade do Paraná só ter uma bacia, onde o nosso produtor pode fazer a sua reserva em todo o Estado do Paraná, porque aí viabiliza também a situação dos produtores do Norte e do Sul para fazer a reserva em outras propriedades, legalizando a sua propri-

idade. Acho que essa lei também vem ao encontro e vai ajudar bastante nesse projeto, nessa reivindicação da FAEP.

**O SR. ELIO RUSCH (DEM)**

Obrigado.

Concedo aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

**O Sr. Plauto Miró (DEM)**

Deputado Elio, ouço com atenção que o senhor coloca essa importante reunião que aconteceu no Oeste do Estado do Paraná, que a Federação da Agricultura do Estado do Paraná está promovendo em todas as regiões do nosso Estado para trazer ao debate a questão do meio ambiente, uma questão tão comentada, tão debatida e tão falada nos últimos meses e nos últimos anos. A verdade é uma: temos que aliar o aumento de produção, também preocupados com a preservação. E é possível! Agora, o que não pode é a radicalização. E hoje os órgãos ambientais estão radicalizando, funcionários dos órgãos ambientais têm posições radicais que não tentam buscar a solução e sim uma radicalização por determinadas posições, muitas vezes históricas, que algumas propriedades têm.

Como o senhor mesmo falou no começo do seu pronunciamento, num passado próximo o Governo Federal e Estadual incentivaram o desmate dentro do Brasil, para que o progresso pudesse chegar ao interior dos Estados Unidos da nossa Federação. Agora, o que foi feito no passado está sendo neste momento cobrado com radicalismo, por integrantes dos órgãos ambientais. E não é por aí, temos que aliar, repito, a produção com a preservação. É possível? É, mas sem radicalização daqueles que ocupam os cargos dos órgãos ambientais. E barbaridades estão acontecendo no nosso Brasil inteiro, e no nosso Estado do Paraná não é diferente.

Espero que essa mobilização dos proprietários rurais, dos produtores rurais, possa pressionar, porque sensibilizar, na minha avaliação, é muito difícil, porque o radicalismo tomou conta dos ambientalistas. Mas pressionar esses que estão nesses órgãos para que eles possam de uma forma agir corretamente, sem prejudicar pessoas que vivem da produção do campo e aonde, por uma ação ambiental, está se trazendo um problema à tona, aonde tenta-se muitas vezes inviabilizar a produção no campo brasileiro. Parabéns pelo seu pronunciamento. Vou participar das reuniões que vão acontecer nos Campo Gerais, já que tem data marcada, e lá estaremos levando a nossa posição e defendendo o setor produtivo brasileiro, que traz riquezas e gera empregos no nosso País.

Obrigado.

**O SR. ELIO RUSCH (DEM)**

Acho que é a vontade da Assembleia Legislativa de todos os Deputados. Ninguém quer destruir o meio ambiente, todos nós queremos preservá-lo, mas a neces-

sidade da conscientização dos Deputados, principalmente nós, da nossa bancada, independente de ser do PT, do PMDB, do PSDB, quem quer que seja, da necessidade de convencê-los de que tenhamos um Código Florestal, ao menos plausível, que possa atender ambos interesses.

É só um número, para encerrar, Sr. Presidente. Ao menos o que temos lido na imprensa temos no Brasil, hoje, algo em torno de 400 mil índios - não me interpretam errado, por favor, os índios foram os primeiros do nosso Brasil - 400 mil índios ocupam algo em torno de 13% da área do nosso Brasil, e temos 190 milhões de brasileiros que ocupam o restante do nosso país.

Então, na verdade, existe uma certa incoerência. Temos que tomar alguns cuidados em relação a essa questão até da demarcação das áreas quando acontece no Brasil afora, porque não temos só no Paraná, principalmente no Norte e Nordeste do Brasil. Então, tudo isso tem que ter um equilíbrio, tem que ter um bom senso, senão amanhã ou depois o nosso país vai virar o quê? É só o País da floresta, o País que não produz mais alimentos, como disse no começo: Presidente Nelson Justus, apenas 6% da área total do Brasil que é usada para plantar soja, milho, trigo e outras culturas; e se faz um terror em cima desses homens que produzem alimentos para o Brasil e para o mundo.

Agradeço, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

### ***Deputado Péricles de Mello (PT)***

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Confesso que, Deputado Elio Rusch, prestei atenção no seu pronunciamento, acho que durante a maior parte do tempo o senhor foi moderado e defendeu suas posições, mas no final poderia ser diferente. Acho que não passar a ideia para o conjunto do povo brasileiro, como representantes Parlamentares que somos, que a questão do índio é uma questão numérica. Isso é um equívoco profundo achar que a questão demarcação de terras indígenas é uma questão numérica. Não é uma coisa muito complexa, significa preservação ambiental, preservação de um processo cultural. E sem dúvida nenhuma o Supremo Tribunal Federal atuou como um símbolo quanto a demarcação das terras indígenas. É um marco na história do Brasil a forma como foi encaminhada essa questão.

Entendo que a questão ambiental é uma questão gravíssima, pois atinge a sobrevivência da espécie humana. Hoje não se encara a questão ambiental como se encarava há 30, 40 anos.

O próprio Estados Unidos da América começa a mudar a sua forma de encarar essa questão.

Começo com essa ressalva do seu discurso, porque vou falar hoje também da questão ambiental. E confesso que fiquei orgulhoso hoje quando recebi, em meu gabinete, uma carta de uma pessoa que prezo muito e que hoje é Superintendente do IBAMA do Paraná, o ambientalista José Álvaro da Silva Carneiro, conhecido em todo Brasil, pessoa da mais alta respeitabilidade, intelectual, uma pessoa que conhece o Paraná como poucos, apaixonado pelos Campos Gerais. E a forma como ele está agindo no IBAMA é um exemplo de um funcionário que preza pela defesa do interesse público, com absoluta e total transparência, divulgando para a sociedade todos os seus atos, agindo de forma respeitosa com todos os cidadãos envolvidos, inclusive aqueles que cometem crime, com respeito, mas com firmeza, sem trair suas convicções e a função para a qual foi designado pelo Governo Federal, nosso Presidente Lula.

Seria importante ler esta carta, com licença do Sr. José Álvaro. Acho que ele não vai fazer objeção nenhuma a essa leitura pública, porque o que ele quer mesmo é dar publicidade aos seus atos, para que não pare nenhum tipo de dúvida sobre a sua ação, uma questão complexa, que é desmatamento, o corte de araucárias centenárias na Região Centro-Sul do Paraná, que é a última reserva que o Estado tem de Araucárias. Está acontecendo um desmatamento criminoso, 30, 40 caminhões de toras por dia de desmatamento irregular e criminoso na Região Centro-Sul.

O Sr. José Álvaro começa a carta da seguinte forma:

(Lê):

*Sr. Deputado,*

*Logo que entrei no IBAMA, estava consciente que precisaria enorme disciplina para manter minha porção infantil e com ela a possibilidade de continuar a sonhar utopias. Usar a estrutura disponível para perceber o momento do território estadual e relacioná-lo com as grandes questões ambientais (biodiversidade, clima, água, sustentabilidade, etc), reforçou em mim a velha paixão pela natureza. Na medida em que fui sobrevoando, estudando, visitando, conversando, percebi em nossos grotões, resquícios de um contrato arcaico entre nossa sociedade e nosso bioma simbólico (a Floresta das Araucárias), totalmente fora dos padrões do mundo dito contemporâneo.*

*Ver araucárias jovens ou centenárias no chão parece coisa de filme. Sentir o cheiro forte de matéria orgânica em decomposição, associado à derrubada, me fez lembrar da Amazônia, do destino da Mata Atlântica e das responsabilidades que todos temos. A equipe do IBAMA estima em 30 caminhões por dia (todo dia) as árvores derrubadas para madeira (tábuas ou lâminas), carvão, lenha ou cavaco.*

*É com isto em mente que coloco: será utópico parar com o desmatamento no Paraná em seis anos? Um programa integrado articulando instituições federais e*

*estaduais será possível? Acredito que sim e a solução só será viável com uma atuação conjunta.*

*O problema é ambiental, porém a construção da solução passa por esforço de alavancagem socioeconômica, continuidade da fiscalização, boa comunicação e muita articulação política. Além disso e em cada uma destas partes, persistência. Sempre fui atraído por causas e esta exige muito protagonismo. A leitura externa das minhas atitudes (para aqueles que pouco me conhecem) pode ser desvirtuada por jogos de interesse. O embate com quem ainda se alinha com o extrativismo primário e suas raízes ideológicas é inevitável. Sinto que vale a pena lutar pelo fim de um ciclo em nossa sociedade.*

*Por conta disto tudo - e apenas por isto, pois não sou candidato a cargo eletivo - a equipe do IBAMA fez um diagnóstico e uma proposta. Estou apresentando para os principais parceiros e a levei ao Governador Requião no início da semana passada. Ele aprovou o detalhamento da maioria dos pontos levantados por mim e pelo Rasca e estamos trabalhando e simultaneamente articulando adesões.*

*Peço ao amigo que corra os olhos pelos anexos, pois nossas árvores (e os reflexos do desmatamento na sustentabilidade) precisam de sua ajuda.*

*Entregarei no seu escritório de Curitiba, material com a apresentação que fiz ao Governador. O arquivo é muito pesado (muitas fotos dos voos realizados, incursões por terra e mapas), por isto o CD.*

*Estou à disposição para qualquer informação adicional.*

*Boa semana, abraço,*

*(a) JOSÉ ÁLVARO DA SILVA CARNEIRO*  
*Superintendente IBAMA/PR*

Em anexo tem uma série de reportagens, as denúncias, o resultado do voo que foi feito naquela região. O Superintendente do IBAMA e o Governo Estadual lançam um programa de combate ao desmatamento em matas de araucária. Junto com a denúncia tem, também, o levantamento de toda ação do IBAMA fotografado, com DVD acompanhando, para se concretizar todo esse material de denúncia e de ação do órgão ambiental. Junto com este material vem uma proposta chamada Programa de Combate ao Desmatamento do Paraná. Isso que tem que ser elogiado.

Acho que é um técnico sério, um servidor público, um ambientalista dos mais conhecidos no Brasil. Ao mesmo tempo em que ele faz a denúncia, denuncia o crime e investiga, conversa com quem é necessário, escuta todas as partes, apresenta uma proposta de solução, porque não adianta apenas uma questão teórica ambiental, temos que discutir a questão ambiental dentro da realidade efetiva das pessoas para sua sobrevivência. Sabemos que, enquanto existir miséria no País, sofrimento, pobreza, é muito difícil para uma pessoa que, às vezes, precisa de uma lenha para poder dar comida para seus filhos. Se não apresentarmos uma proposta alterna-

tiva de sobrevivência para essas pessoas é muito difícil levar a consciência a elas, porque a vida é superior.

A luta pela sobrevivência é superior a qualquer outra ação do ser humano. Diferente daquelas pessoas que já são muito ricas, que não têm nenhum motivo para sua sobrevivência e, infelizmente, ainda continuam desmatando para obter lucros absurdos, num modelo econômico que degrada a natureza, num modelo agrícola que concentra a propriedade fundiária, como em nenhum País do mundo.

Então, levantamos essa questão. Não adianta produzir riqueza se essa riqueza se concentra nas mãos de uma minoria ínfima. E esse foi o modelo brasileiro durante praticamente toda nossa história. Temos que fazer um modelo equilibrado com o meio ambiente, que permita a sobrevivência dos cidadãos, dos brasileiros, e permita também a distribuição de renda para todos. Daí nos associarmos às lutas pela reforma agrária pacífica, pela organização da pequena propriedade, por métodos alternativos de cultivo e assim por diante.

Nesse programa proposto pelo IBAMA, em parceria com o Governo do Estado e aprovado pelo Governador Requião, são sete vertentes. A primeira é a mobilização política, mais do que necessária. As nossas universidades paranaenses têm pesquisadores, pessoas que defendem a preservação ambiental, que conhecem em profundidade a situação do Paraná, nossas matas, as matas de araucária principalmente. Que as ONGs, as entidades de classe e do agronegócio da pequena propriedade familiar possam se mobilizar para encontrar uma solução adequada para o meio ambiente. Então, mobilização política, ações de conservação, ações de combate à pobreza e opções de renda. Isso é fundamental.

Esse programa tem uma proposta de alternativa de renda. Nós que conhecemos a Região Sul do Paraná sabemos que a fomicultura impera com gravíssimos problemas. Hoje, os fomicultores passam por sérios problemas com relação à crise mundial, que repercute sobre eles, de preços sobre os seus produtos. E às vezes não têm alternativa e por isso as carvoarias estão se aprofundando na região no desmate de araucária, e assim por diante.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do PT***

Então, ele propõe ações de combate à pobreza e opções de renda; ações de comando e controle, definição e acompanhamento por indicadores; programas integrados de comunicação e recurso.

Acompanhando esse documento que todos os Srs. Parlamentares receberam ou irão receber, há um diagnóstico, inclusive, Deputado Welter, da problemática do desmatamento, a questão das invasões que são feitas a mando de interesse econômico, muitas vezes utilizando a pobreza de pessoas, a questão dos pequenos proprietários assentados e a questão dos grandes proprietários. Então,

o diagnóstico é completo e oferece uma proposta de solução.

Em função disso tivemos reunião do PT hoje em nossa sede, a Executiva Estadual lançou um manifesto de apoio em defesa à araucária. Eu queria citar aqui que nesse sentido o PT, reafirmamos a importância da aprovação por parte da Assembleia Legislativa dos projetos de lei dos Deputados petistas, Elton Welter e Pedro Ivo, a Executiva solicita e propõe isso a todo Paraná. Primeiro, Projeto de Lei nº 543/08 possibilita que o agricultor preste serviço de proteção ambiental. A propriedade que preservar florestas, nascentes e mananciais de água receberá a remuneração. Segundo, Projeto de Lei nº 027/06, com o mesmo objetivo, propõe a forma de remuneração. Esses projetos, se articulados com a ação junto ao Governo Federal para a criação de um fundo de compensação, podem garantir para as gerações futuras a conservação das florestas de araucária do Paraná. Para tanto, o PT orienta a realização de Audiências Públicas, através da sua bancada na Assembleia Legislativa, para apoiar as ações desencadeadas e mobilizar a sociedade no sentido de garantir o avanço de tais projetos.

Lembro aqui a questão dos faxinais, que trabalhamos juntos, que defende a preservação, são pessoas que preservam. Nos faxinais existe a maior quantidade de araucárias proporcionalmente preservadas, criador comunitário, e também a rede puxirão. Falamos aqui com o Presidente do Conselho de Educação e estamos lançando dois inventores paranaenses, agricultores, que descobriram a PMPG, produção de madeira da araucária e do pinheiro, que pode também trazer grandes benefícios para os produtores a alternativa para o desmatamento.

Concedo um aparte ao Deputado Elton Welter.

#### **O Sr. Elton Welter (PT)**

Deputado Péricles, quero lhe parabenizar pelo pronunciamento. E, de fato, o que foi identificado pelo Superintendente do IBAMA, através de várias ações por terra, por ar, por helicópteros, identificou um crime muito grave no Paraná, inclusive denunciado na Escola de Governo na última terça-feira passada, eu tinha tomado conhecimento também dessas informações. O que é grave é que muitas vezes colocam na entrada da fazenda uma bandeira vermelha dizendo que é o MST que está lá dentro, e não é, são segundas intenções de gente mal-intencionada. Vejam o quanto isso é grave. Então, isso é lamentável.

Quero agradecer-lo também por defender esse meu projeto, e do Pedro Ivo. Se esse projeto se tornar prático vamos garantir para as futuras gerações água de qualidade. Exatamente nesse dia, o dia de ontem foi o Dia Mundial da Água, e as águas estão cada vez mais contaminadas. Então, temos que discutir, Deputado Péricles, com a sociedade paranaense, junto com o cidadão urbano que é abastecido por águas de mananciais de várias fontes, como podemos transformar o nosso produtor rural,

aquele que tem as suas propriedades em cabeceiras de águas que abastecem a nossa Cidade, como ele pode se transformar em um prestador de serviço ambiental, como já ocorre pelo mundo afora e até em Cidades do Brasil, como no Estado de Minas Gerais.

Muito obrigado pelo aparte.

#### **O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)**

Obrigado, Deputado Elton Welter.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

#### **O Sr. Plauto Miró (DEM)**

Deputado Péricles, ouço o seu pronunciamento com atenção e peço para que me encaminhe esse relatório do Superintendente do IBAMA, porque tudo o que for equilibrado, que tiver equilíbrio, tem que ser implantado. O radicalismo é que faz com que as coisas não funcionem, algum lado sempre é prejudicado. E, repito aqui, as questões ambientais no Brasil estão sendo radicalizadas, em especial por integrantes dos órgãos ambientais que querem, à força, tentar impor uma situação. Tem-se que encontrar o ponto de equilíbrio, para que os dois lados ganhem. Temos que produzir para comer. É possível produzir preservando. Radicalizando não vamos chegar a nenhum ponto.

#### **O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)**

Deputado Plauto, na história do Brasil a radicalização que acontece é ao contrário, é uma destruição do ambiente e não a preservação. Discordo do senhor.

#### **O Sr. Plauto Miró (DEM)**

O senhor não está acompanhando. Quem produz é que sabe.

#### **O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)**

Podemos concordar em muitas delas, mas a história do Brasil mostra o contrário. A radicalização é para a destruição ambiental.

Questionamos, inclusive, a ação da Força Verde, nos pequenos pescadores, em Guaratuba, achamos que às vezes há um exagero. Mas quando acontece isso, acho que eles são compreensivos. Em uma reunião com a Secretaria do Meio Ambiente resolvemos todos os problemas, em uma resolução que praticamente impedia a pesca dos pescadores artesanais.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

#### **A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Valdir Rossoni.

#### ***Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

#### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Sra. Presidente Cida, Sras. e Srs. Deputados.



Nunca subi nesta tribuna para fazer um agradecimento e falar do falecimento do Dr. Francisco Cunha Pereira. Espero que eu consiga colocar aqui não o meu, mas o sentimento de uma região.

Considero-me um Parlamentar que representa os Municípios do rio Iguaçu. Saio de Curitiba e faço votos em todos os Municípios, até Quedas do Iguaçu. Em quase todos, sou o mais votado. Aí é que vem a importância do quanto foi importante o Dr. Francisco para aquela região.

Quando ninguém sonhava, não sabia como ressarcir os Municípios que tinham áreas inundadas por usinas, quem teve a idéia de fazer um movimento no Paraná, para que fizesse uma lei e criasse os royalties, que hoje quase são a independência dos Municípios que tiveram a sorte de ter as suas divisas banhadas pelo rio Iguaçu? O Dr. Francisco Cunha Pereira foi o homem que praticamente deu a independência desses Municípios.

Todos os Municípios, saindo de Curitiba, que vão a Foz do Iguaçu, que têm usina, hoje têm uma situação econômica excelente, porque houve um homem que comandava um importante jornal deste Estado, a Gazeta do Povo, e fez um movimento a nível de Paraná e de Brasil para aprovar a Lei dos Royalties.

Por isso, estou aqui para lamentar a perda do Dr. Francisco Pereira, mas também para ressaltar a sua importância. Talvez, a sua família não tenha conhecimento da importância que ele tem para esses Municípios do Paraná. Encontrei o Dr. Cunha Pereira, um determinado dia em União da Vitória, quando ele iniciou esse movimento, e agora no seu velório tive a oportunidade de relatar aos seus filhos. E gostaria que os seus filhos, o dia que tivessem um tempo, fizessem uma visita a esses Municípios, saindo de Curitiba a Foz do Iguaçu, todos esse Municípios devem a posição econômica que têm hoje, muito boa, ao Dr. Francisco Cunha Pereira.

Quero registrar em nome de todos esses Municípios, em meu nome, do Deputado Pedro Ivo, do Deputado Anibelli, dos Deputados que representam os Municípios que são banhados pelo rio Iguaçu.

Concedo aparte ao Deputado Antonio Belinati.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do PSDB***

### **O Sr. Antonio Belinati (PP)**

Parabenizo V. Exa. Uma homenagem justíssima à memória desse grande brasileiro, desse grande paranaense, Dr. Francisco.

O Paraná é um Estado forte, e só não é mais fraco pela luta desse grande homem. É aquilo que sempre comentamos: que pena que um dia os grandes homens tenham de nos deixar.

Agora, o que lamento, além da amizade, do respeito que eu tinha pelo Dr. Francisco, falei da tribuna há pouco que era um segundo pai para mim, é que muitas vezes as picuinhas da política estão acima da grandeza de um grande homem como o Dr. Francisco. Não tomei

conhecimento que o Governador Roberto Requião tenha decretado luto oficial pela perda desse grande homem. Diria até um pecado gravíssimo do Governador Requião, porque em determinado momento o sentimento, o respeito à figuras como do Dr. Francisco, devem estar obrigatoriamente acima de qualquer paixão política ou interesse pessoal. Parece que o Governador colocou um sentimento de descontentamento com a família do Dr. Francisco. Errou o Governador em não prestar esta homenagem que o Paraná está prestando. Independente de ter decretado luto ou não, o Paraná sabe do peso que é a perda desse extraordinário brasileiro, Dr. Francisco.

### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Deputado Belinati, obrigado, mas é importante ressaltar que além dos feitos que relatei aqui e da importância que ele teve para essas regiões, a responsabilidade que fica na Gazeta do Povo. A Gazeta do Povo tem uma responsabilidade muito grande em não se tornar uma imprensa marrom, um jornal desses que a população não quer ler. A Gazeta do Povo tem um compromisso pelo histórico e pelos feitos do Dr. Francisco, de continuar no mesmo nível, de ser um jornal de linha, que sirva os interesses do Paraná. Esta é a responsabilidade e o legado do Dr. Francisco da Cunha Pereira.

Um aparte ao Deputado Plauto Miró.

### **O Sr. Plauto Miró (DEM)**

Deputado Rossoni, ouço com atenção e naturalmente não podemos deixar de lembrar as boas ações em defesa do Estado do Paraná que o Dr. Francisco esteve à frente de movimentos. O senhor citou algumas questões, sempre defendendo o Estado do Paraná no momento em que se falava de uma divisão do Estado, na compra dos equipamentos do nosso aeroporto de São José dos Pinhais, o ILS para ajudar a sinalizar aquele aeroporto no momento da decolagem e aterrissagem de aviões, e outras tantas coisas que ele sempre esteve disposto a defender o Estado do Paraná, mesmo, deixar claro, sem exercer mandato, mas sim por ser um paranista e, em especial, Deputado Valdir Rossoni, uma das coisas de tudo que eu vi, foram declarações de pessoas simples, uma boa parte funcionários no decorrer da vida empresarial dele de que ele, o Dr. Francisco, contribuiu e ajudou. Ele se foi, mas deixou a marca de um defensor do Estado do Paraná, um homem humanitário, um homem que se preocupava com as pessoas de menor renda e sempre que precisavam os auxiliava.

Que Deus o tenha!

### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Cumprimento o Deputado Plauto.

Deputada Cida, eu hoje faria também, mas devido os apartes não o farei, vou fazer aqui um pronunciamento no dia de amanhã sobre a questão ambiental, porque a região de União da Vitória está sendo tratada de uma forma irresponsável pelos órgãos fiscalizadores. Por quê?

Houve uma grande fiscalização na região de União da Vitória. E o que ocorreu? Pegaram naquela região, no Município de General Carneiro, Bituruna e no Município de Coronel Domingos Soares, três ou quatro infrações e eu vi a entrevista do Superintendente do IBAMA e ele usou de alguns argumentos que precisa esclarecer a esta Casa.

Acho que nada melhor do que denunciar crime ambiental. Porque vejam os senhores, quando os senhores ouvem falar que houve crime ambiental em Bituruna, em quem os senhores pensam por primeiro? O Deputado Rossoni. E eu preciso, está é a grande verdade, preciso que o Superintendente do IBAMA, o Secretário do Meio Ambiente, torne público quem foram as pessoas que cometeram crime ambiental naquela região, porque segundo informações que tenho, a Polícia Federal esteve 60 dias naquela região fiscalizando. E este cidadão aqui, Deputado Rossoni, não teve um ato que prejudicasse o meio ambiente naquela região.

E por isso eu preciso do esclarecimento. Não é possível que os órgãos ambientais, Deputado Péricles, cite uma região inteira por causa de três ou quatro cidadãos. Tem que ser citado o nome das pessoas, quem cometeu o crime, quem é o responsável. Eu apenas quero a verdade.

Agora, não é possível, eu estava no domingo num shopping e de repente uma pessoa disse que leu a Gazeta do Povo, Deputado Nelson Justus, e me perguntou se era eu que estava envolvido. Acredito que a Gazeta do Povo poderia prestar um grande serviço aos paranaenses e ir ao local do crime ambiental, tirar fotografia, dizer o nome de quem cometeu o crime ambiental, porque isso seria bom para mim, para a nossa região e para os paranaenses, porque toda generalização, imagine um crime ambiental em Ponta Grossa, daqui a pouco todas as pessoas que têm atividade florestal são acusadas e nós não temos mais a tranquilidade de trabalhar dentro da lei. Estamos vivendo momentos de terrorismo na região e parece que isso faz bem a alguém.

Por isso eu quero, Deputado Romanelli, pedir a V. Exa., até vamos tratar a questão com mais delicadeza, não convocação, mas um convite ao Secretário Rasca Rodrigues, que venha a esta Casa, na sala do Presidente, na sala das comissões, prestar esclarecimentos: quais foram os crimes ambientais que eles encontraram? Quais foram as pessoas que cometeram o crime? Não pode generalizar, não é possível!

Eu tenho a minha atividade florestal. Convidei - aí quero fazer novamente o convite - fiz um convite à Comissão de Meio Ambiente para visitar as minhas propriedades, para ver como é que se atua, ambientalmente correto. Porque quem está nessa atividade, se não agir ambientalmente correto, não trabalha mais. O que está acontecendo na nossa região, Deputado Welter, V. Exa. que representa esse setor, temos três ou quatro assentamentos: Palmas, Bituruna, General Carneiro e Coronel Domingos Soares.

O que acontece? Os agricultores lá assentados, sobrevivem de uma atividade considerada ilegal. Por que essa atividade é ilegal? Porque a Secretaria do Meio Ambiente - daí que me desculpe o Vitor Hugo, do IAP - temos uma atividade que atenderia os sem-terra daquela região se tivessem autorização para trabalharem com a bracatinga, por exemplo. Quem é agrônomo aqui sabe que a bracatinga é uma atividade que pode ser trabalhada pelos pequenos agricultores. Mas, infelizmente, estamos numa situação extremamente delicada economicamente. Milhares de assentados abandonados, sendo fiscalizados, e fiscalizados com metralhadora, com arma de grosso calibre, como se eles fossem marginais.

Agora vem o Superintendente do IBAMA e diz o seguinte: "Que eles não fiscalizam porque os Prefeitos da região ameaçam."

Olha, alguém acredita que um Prefeito de uma Cidade pequena como Coronel Domingos Soares, que tem 6 mil habitantes, o Prefeito tem autoridade para ameaçar o IBAMA, o IAP, a Polícia Federal, todos sabemos que não é verdade essa afirmação. E está nos jornais. Aí o Prefeito lá do Município pequeno não tem mais como se defender.

### ***Passa a usar o horário da Liderança da Oposição***

Presidente, uso o horário da Liderança da Oposição, com autorização do Deputado Elio Rusch.

Concedo aparte ao Deputado Péricles, depois ao Deputado Welter.

#### **O Sr. Péricles de Mello (PT)**

Deputado, quero colaborar com o seu pronunciamento, vou passar para o senhor a carta que recebi e o senhor vai ver o seguinte: o José Álvaro cita as pessoas e as empresas. Eu não li, em nenhum momento, nenhuma menção ao senhor, nada. Tenho aqui o nome da empresa, de algumas Cidades. Por isso que eu elogiei a postura deles, porque é transparente. Vou passar uma cópia ao senhor e vai estar tudo esclarecido aqui, que são coisas concretas que eu denuncio.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Mas nem eu estou dizendo que não é concreto, Deputado Péricles. O que eu queria e quero é que cite os nomes das pessoas que cometeram o crime.

#### **O Sr. Péricles de Mello (PT)**

Tem das madeiras, das pessoas todas aqui.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Então V. Exa. me forneça, porque é o que eu mais preciso, porque esse é o atestado de boa conduta que ele está me dando, porque a região foi fiscalizada pelo IBAMA, pelo IAP e pela Polícia Federal. Eu preciso dessas informações, até para que eu possa me defender, por-

que eu exerço junto com muitas indústrias da região atividade florestal, a agroindústria, e preciso mostrar à população do Paraná que nem todos são criminosos.

#### **O Sr. Elton Welter (PT)**

Deputado Rossoni, inclusive a proposta do Superintendente do IBAMA contempla uma política pública para contemplar esses pequenos, para que eles não sejam marginalizados, como já estão.

Então, está na proposta, foi levada ao Governador. O Governador acolheu com carinho. Designou o Rasca para estudar tecnicamente tudo o que for possível para evitar os cortes ilegais e também tinha tomado conhecimento do documento. V. Exa., em nenhum momento, é citado. Ser citado é dar nome e endereço das pessoas, dada a responsabilidade do Superintendente do IBAMA, José Álvaro.

Então, acho que estamos falando a mesma língua. V. Exa. prima por aquilo que é certo. E nós queremos, desejamos que este problema, identificado e denunciado, tenha um acompanhamento da Polícia Federal, surjam políticas públicas que garantam mais qualidade de vida para aqueles assentados, para aqueles pequenos que muitas vezes dependem de uma forma de renda que não é reconhecida legalmente.

#### **O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Queria dizer, em primeiro lugar, o seguinte: este tema que envolve o meio ambiente todos sabemos que é um tema moderno e contemporâneo, no sentido de que ou nós preservamos o que temos, ou vamos deixar para o futuro para os que aqui virão habitar, uma terra pior do que a que temos hoje.

E quero dizer a Deputado Elton Welter, preservação do meio ambiente não tem grande e não tem pequena. Vamos ser sinceros. Quem está lá derrubando pinheiro, pinheiro que tem 300 anos, não são os industriais de São Paulo. São pessoas que trabalham à noite, gente que na verdade faz isso por absoluta necessidade de sobrevivência. E temos que reconhecer que ele tem que ter uma outra alternativa para não cortar esse pinheiro.

Então, ao mesmo tempo em que tenho tido divergências com V. Exa., muitas vezes V. Exa. age com absoluto primor, como industrial, nesta área da madeira, V. Exa. tem reflorestamento, alguém que cuida da preservação ambiental. Eu não ouvi nem li nenhum tipo de relação feita a seu respeito. Mas, quero aqui testemunhar que conheço sua propriedade, sua indústria, sei da forma com que V. Exa. trabalha e trata do tema.

Então, sinceramente, acho que se tem alguém que dá cobertura, que foi envolvido nas investigações feitas pelo IBAMA, pelo IAP, pela Secretaria do Meio Ambiente, que envolve a Polícia Ambiental, que age com muito rigor no sentido de poder, de fato, impedir, temos que reconhecer que o tema é complexo.

Quero publicamente dizer que eu nem li nem ouvi, mas V. Exa. deve ter visto, para estar chateado desta

forma. Mas eu sei e vi os relatórios. Em relatório algum do Governo, em tempo algum, com qualquer das pessoas com as quais conversei, a menor menção, a menor ilação feita a V. Exa. ou a qualquer empresa pertencente a V. Exa. Absolutamente, não tem uma palavra sequer relativa a isto. Então, quero dizer que fique absolutamente tranqüilo. V. Exa. age com correção e certamente o tema tem que ser tratado, tem que ser enfrentado mesmo. Mas, por óbvio, deixar publicamente este meu testemunho, porque sei que não tem absolutamente nada, nenhuma referência a V. Exa., nesses relatórios que são efetivamente preocupantes e que temos que trabalhar em cima deles.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Agradeço seu aparte. Fico satisfeito pelo esclarecimento e também quero pedir os rigores da lei. Porque não pode se prejudicar a atividade, a maior atividade econômica da região, que é florestal. Mas, nenhuma empresa, hoje, considerada empresa, ela não recebe nem o certificado para exportar se ela não provar que trabalha com reflorestamento: eucalipto, pinus, atividade florestal. Então, para exportar para os Estados Unidos, para a Europa, temos que ter um certificado. Agora, há, sim, um conflito e a melhor coisa que poderia acontecer na questão ambiental da região seria instalar na região uma equipe para fiscalizar todas as propriedades, mas também dar a liberdade para que eles possam trabalhar dentro da lei.

Talvez aqui tenhamos muitos Deputados que não conhecem o que eu falei: bracatinga. Essa é uma árvore que ao nascer tem um período de vida de 10 anos, e se você derrubar aquela bracatinga, ela se multiplica tanto, porque ela tem que quebrar a dormência, ela vem mais ainda.

Então, temos que ter uma fiscalização rigorosa para também dar oportunidade aos pequenos agricultores, porque o grande, o médio, ou o pequeno, que é o meu caso, eu tenho o meu engenheiro agrônomo, tenho o meu engenheiro florestal, tenho a minha assessoria, tenho o pessoal que trabalha nessa área. Agora, o pequeno agricultor - e aí está incluído o sem-terra que já tem terra - ele precisa de um apoio do Governo, porque ali está uma maneira de ele ter uma atividade econômica, e se for bem controlado, se for bem fiscalizado, como disse aqui o Presidente do IAP, o Vitor Hugo, se regularizasse, se fiscalizasse, se acompanhasse e não deixassem a clandestinidade acontecer, mas acontece que eles vão lá agora, está a Polícia Federal, o IBAMA, o que gastaram com helicóptero lá é uma loucura, está o mundo lá em cinco ou seis Municípios. Não. A fiscalização tem que ser permanente, dia e noite, sábado e domingo. Eles vão agora lá, estabelecem um terrorismo em cima do pequeno agricultor, porque o grande se defende, e depois vão embora e voltam em dois anos para fazer uma nova manchete.

Então, a melhor forma era dar apoio àqueles que não têm poder econômico de dar assessoria técnica. Por

que a EMATER não pode dar essa assessoria técnica? Hoje a EMATER fica dentro do escritório fazendo o quê?

Projeto do PRONAF. Não, tem que fazer projeto do PRONAF e do Pronafinho, mas também tem que ter pessoas que apóiam os agricultores para fazer plano de manejo na sua propriedade. Olha, você demarca uma propriedade do pequeno agricultor, faz um mapa e diz para o agricultor: aqui está o mapa da sua propriedade, aqui você pode trabalhar, aqui é área de preservação e aqui é nascente de rio. Deixar as coisas claras ao pequeno agricultor. Agora, não é com metralhadora, não é com ameaça que nós vamos resolver.

Então, peço ao Líder do Governo, que foi tão claro e trouxe essas informações que eu não tinha, que eu iria buscar, e quero ter uma cópia disso se V. Exa. permitir, mas Deputado Romanelli, a melhor forma de o Governo agir na região ambientalmente correto, é instalar o IAP, mas instalar o IAP com tudo o que é necessário para que eles possam, junto com a EMATER, dar apoio aos pequenos agricultores e fazer uma fiscalização permanente e não temporária.

Obrigado.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente e Srs. Deputados, só gostaria de registrar, com pesar, o falecimento na manhã de ontem, do Secretário de Educação da Prefeitura Municipal de Colombo, o professor Altair da Silva Leme, o Professor Taíco. O Professor Taíco foi Vereador, Secretário de Educação com grande destaque e que, infelizmente, ontem foi vítima de um atropelamento quando fazia a sua caminhada em devoção a Santa Rita de Cássia, no acostamento da BR-116 e nós queríamos registrar com pesar o falecimento e o seu sepultamento hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) **(Pela Ordem)**

Só pegando uma carona quando V. Exa. registra a presença do Prefeito de Matinhos. Dizer que eu sou contribuinte do Município e já testemunhei ali em Matinhos que a Cidade está com cara nova. É evidente que o Governo do Estado precisa ajudar o Prefeito Dalmora, porque tem aquela destruição que o mar causou e só a Prefeitura não vai ter caixa para poder fazer aquele reparo. Então, é importante que o Governador Requião socorra Matinhos, dê apoio ao Prefeito, porque ele está bem intencionado, montou uma grande equipe. Está de parabéns o nosso Prefeito Dalmora.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Artagão Júnior.

## **Deputado Artagão Júnior (PMDB)**

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos visitantes, amigos da imprensa.

Na verdade subo à tribuna nesta tarde para fazer dois esclarecimentos e duas informações interessantes. A primeira direcionada aos nobres Deputados com relação ao Encontro Nacional da UNALE. Os amigos Deputados sabem que já havíamos alertado, inclusive tivemos a presença aqui do nosso Presidente, no sentido de realizarmos aqui em Curitiba, durante esta semana, o Encontro Regional da Região Sul e Sudeste da UNALE - União Nacional dos Legislativos Estaduais, a nossa entidade de representação. No entanto o Governo do Estado, Deputado Lemos, estaria promovendo nesta mesma data, em Foz do Iguaçu, um encontro também debatendo o mesmo tema: a crise e os seus efeitos na economia.

Em função disso, Presidente Nelson Justus, o Governador Requião emitiu um convite oficial à nossa entidade, a UNALE, na pessoa do nosso Presidente, Deputado César Halun, convidando a UNALE para que participasse junto com o Governo do Estado e todos os seus convidados desse evento que estará acontecendo em Foz do Iguaçu. O nosso Presidente consultou a diretoria e entendeu por bem estar participando desse encontro, juntamente com o Governo, na Cidade de Foz do Iguaçu a partir de quarta-feira. Portanto, o encontro regional que seria sediado aqui pela nossa Assembleia ficou suspenso e será realizado numa data a ser definida muito em breve.

Quero convidar, portanto, a todos os Parlamentares que tiverem interesse e que puderem participar, em Foz do Iguaçu, desse Seminário que estará abordando o tema da crise e seus efeitos na nossa economia; e também estar junto com a nossa diretoria da UNALE, com o nosso Presidente, que estará participando oficialmente da abertura que ocorrerá na próxima quarta-feira, às 15h lá em Foz do Iguaçu. Temos aqui o nosso cerimonial, que tem todas as informações, a Gika e toda a equipe, que podem prestar maiores esclarecimentos aos Deputados.

O nosso Presidente, Deputado César Halun, Presidente da UNALE, estará lá na quarta-feira, na abertura do evento, também lá teremos a presença da Ministra. E a UNALE entendeu por bem aceitar o convite do Governo, e juntos estarmos realizando essa participação em Foz do Iguaçu. E o encontro da Região Sul e Sudeste, que seria realizado aqui em Curitiba, será feito nos próximos dias, próximos meses, possivelmente numa data a ser designada. Então, convido a todos os Deputados em Foz do Iguaçu, a partir de quarta-feira, às 15h, a abertura do Seminário, com a presença do Governador, da Ministra Dilma e diversas outras autoridades que estarão lá participando. E na quarta-feira à tarde já teremos a palestra da Ministra Dilma, que vai fazer a palestra de abertura, e de quinta-feira em diante outros palestrantes, inclusive alguns convidados internacionais estarão manifestando

sua opinião e a sua visão sobre todos esses efeitos da crise em nível de Paraná, Brasil e internacional.

Faço de público esse registro de alteração, porque não seria inteligente e nem produtivo termos um encontro aqui em Curitiba, promovido pelos Deputados, e na mesma data e sobre o mesmo tema o encontro promovido pelo Governo do Estado em Foz do Iguaçu. A soma, nesse sentido, é produtiva, todos ganham, porque o evento fica com mais conteúdo. E, com isso, o debate fica mais acalorado e as opiniões divergentes são importantes para a democracia, para formarmos a nossa opinião nesse processo.

Nesse momento de crise, onde todos falam dos efeitos da crise, onde todas as empresas estão baixando seus custos para poderem vender seus produtos, onde os efeitos nos empregos já são sentidos com demissões, quem sabe não seria a hora das empresas concessionárias de pedágio reduzirem as suas tarifas? Sem dúvida alguma, todos nós que até hoje questionamos o pedágio, aplaudiríamos. É o momento de mostrar que as concessionárias não têm interesse somente na sua lucratividade, mas têm interesse também no crescimento econômico do Paraná.

Fica aqui a minha colocação, quem sabe até o meu desafio para as concessionárias, que se sensibilizem neste momento de crise. Quem sabe não seja o momento de movimentarmos, mais uma vez, e chegarmos a um entendimento com as concessionárias e o Governo para baixarmos essas tarifas, neste momento onde todos estão reduzindo seus custos.

Muito obrigado.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

### ***Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados senhores e senhoras que nos ouvem pela TV SINAL.

Queria registrar falecimento do ex-Deputado Horácio Rodrigues. Quero lembrar aqui do que foi o Horácio Rodrigues, 30 anos na vida pública. Tenho uma história paralela com ele, porque o nosso primeiro mandato aconteceu em 1994, quando foi criada uma “Frentinha” no Paraná e acabei me elegendo nessa “Frentinha” como único Deputado e o Deputado Horácio ficou como 1º suplente. Em 1996 ganhei as eleições para Prefeito e o Deputado Horácio veio ocupar o nosso cargo, quando renunciei ao cargo de Deputado. Ele teve uma parcela de contribuição e devemos sempre lembrar das pessoas que nos ajudaram a estar aqui. E aquele começo foi muito importante com seus votos na “Frentinha” para chegarmos, pela primeira vez, ao Parlamento.

Fica aqui a minha homenagem a ele, aos seus familiares e a todos seus seguidores. Lembrar que ele já esteve nesta Casa e que também nos deixou.

Concedo um aparte ao Deputado Carlos Simões.

### **O Sr. Carlos Simões (PR)**

Fui colega do Vereador Horácio Rodrigues por dois anos na Câmara Municipal de Curitiba. Ele foi um grande Vereador, um articulista, uma pessoa de enfrentamentos. Fica aqui, em meu nome, em nome da minha família - ele foi amigo dos meus irmãos - a nossa homenagem ao grande Horácio Rodrigues, bom companheiro, bom amigo, bom combatente. Presto aqui minha singela homenagem, nesta sua bela lembrança a essa figura pública do Paraná.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Deputado Carlos Simões.

Quero, em uma única frase, também lembrar o passamento do Dr. Francisco Cunha que, sem dúvida nenhuma, foi uma das pessoas que também contribuiu com este Paraná. A frase que dedico ao Dr. Francisco Cunha é a seguinte: sem nunca ter ocupado nenhum cargo político, foi um dos maiores políticos do Paraná. Acho que é uma frase para lembrar o que fez o Dr. Francisco.

Sr. Presidente, vivemos uma democracia e cabe a qualquer Deputado vir a esta Casa, a esta tribuna, e fazer o comentário que assim desejar. Acho que é correto. Cada Deputado pode vir aqui levantar uma dúvida. Qualquer Deputado pode vir aqui trazer uma denúncia, mas acho que não é correto vir aqui e fazer afirmações que não são corretas. Acho que por dever de respeito às pessoas, quando se mexe com a honra das pessoas, acho que o princípio da honra é você não caluniar alguém. Eu trouxe alguns documentos, depois estarei protocolando nesta Casa, alguns documentos que falam sobre a situação da Segurança na região e na Cidade de Ponta Grossa.

Quero dizer, Sr. Presidente, que no linguajar popular o pobre é chamado de mentiroso. Todo mundo chama o pobre de mentiroso. Agora, quando é um rico que mente ou quando é um grã-fino, quando é um bacana, quando é um marqueteiro, daí temos uma outra palavra, uma palavra que não é de baixo calão. O magnata mentiroso não é mentiroso. Só o pobre é mentiroso. O bacana é chamado por outras palavras, mitomaniaco, por exemplo, é uma das palavras dadas a quem mente. Para não falar uma palavra de baixo calão, porque essas são para os pobres. E tem gente que acredita em suas mentiras. É horrível quando a pessoa acredita naquilo que é mentira, Deputado Lemos. E assim vai. Uns inventam, outros aumentam. Tem uns que aumentam e outros que inventam. E tem outros que inventam e aumentam ao mesmo tempo. Então, também tem isso.

Acho que quando se fala de Segurança deve ser justo. Quando você diz assim: “Olha, o 1º BPM de Ponta Grossa tem 30 viaturas paradas”, você dá margem aos

bandidos quererem ir para Ponta Grossa “Está tudo quebrado, está tudo arreventado, então vamos para Ponta Grossa”. Essa não é a verdade.

Estou protocolando, hoje, Sr. Presidente, dois documentos que mostram a situação das viaturas em Ponta Grossa. Teve discurso por aqui, outro dia, fotos e coisa e tal, se mostrando até fotos que não fazem parte da frota da Polícia e nem do Governo do Estado. Incrível, mas teve. Fotos de terceiros, de placas de carros que são de terceiros, de terceiras pessoas, não são nem do Estado, e se colocou aqui nesta Casa como se fosse uma frota do Governo do Estado, da Segurança Pública. E hoje, na verdade, em Ponta Grossa tem seis viaturas, apenas em manutenção, porque andam 150 mil quilômetros, 150 quilômetros por dia, melhor dizendo.

Então, foi tanto sensacionalismo, tanto marketing por uma única razão: as viaturas começaram a chegar em Ponta Grossa, inclusive já chegaram. Antes mesmo deste debate a viatura já estava lá em Ponta Grossa, semana passada. Então, é importante desgastar, mostrar fotos que não condizem com a realidade.

Sr. Presidente, faço questão de deixar nesta Casa protocolado documento oficial do 1º BPM e da 13ª Subdivisão Policial, onde mostra que fotos mostradas aqui nem sequer são da Polícia Militar, nem da Civil, nem são do Governo. Que alguns veículos mostrados aqui, fotos, pertencem à Prefeitura de Ponta Grossa também, que não têm nada a ver com o Estado. Mas, foram mostradas aqui como verdadeiro, estava acabada a Segurança Pública de Ponta Grossa.

Claro que a nossa Segurança Pública precisa melhorar, os policiais querem aumento. Quem não quer aumento, eu pergunto aos senhores que estão nos assistindo? Quem não quer aumento? Digam-me uma pessoa que não quer aumento, seja qual for. Então, é bom falar de aumento, é bom falar que tem que dar aumento, brigar por aumento. Acho que o policial precisa ganhar mais, acho que a Segurança precisa melhorar ainda mais, mas não vou ser leviano de vir aqui e dizer que está tudo acabado, que as viaturas estão sucateadas, tirar fotos que não são verdadeiras, fotos que são de outros veículos, para querer confundir a opinião e dar um saque de marketing, tipo aquele saque feito pelo Bernardinho, lá nos velhos tempos do bom vôlei, Jornada nas Estrelas. É marketing total.

Ponta Grossa, Deputado Romanelli, tem suas dificuldades. O maior problema da Segurança Pública, não só de Ponta Grossa, mas deste País, são as drogas, um problema social. O maior problema social do País, drogas e mais drogas. Esse é o grande problema. Por trás das drogas vem a briga, vem o assalto. Por trás do assalto vem o furto. Por trás da droga vem tudo. O nosso maior problema neste País é a droga. Agora, podemos também ver alguns números aqui, porque eu não posso me calar quando vejo números da nossa Cidade, com mais de 400 mil habitantes sem dúvida nenhuma, já disse aqui, com muita satisfação, uma Cidade como Ponta Grossa em que

a Polícia trabalha, sim, em que a PM, com suas dificuldades, trabalha sim, sai do limite. Uma Cidade que teve 26 homicídios no ano de 2008. Curitiba, no final de semana, teve 32, se não me falha a memória, a Região Metropolitana. Temos 400 mil habitantes, 26 homicídios no ano passado.

Um dado curioso: o trânsito matou 26 pessoas em Ponta Grossa, em 2008. Outro dado interessante, o trânsito matando na mesma quantidade que homicídios: 26 homicídios e 26 no trânsito. Uma cidade que tem poucos furtos de veículos. O que mais tem na cidade é a droga, que o pessoal tem combatido em um trabalho de mutirão. Os valorosos policiais militares têm trabalhado e feito muito, juntamente com a delegada e sua equipe.

Não posso vir aqui e dizer que a Cidade está sucateada e acabada, porque não é verdade. A Cidade com todos os seus problemas, se orgulha do seu índice de criminalidade. Para alguns, isso nada representa. Ponta Grossa, com o seu número de habitantes, tem seu índice de segurança, porque se trabalha e se rompem as barreiras. As dificuldades são vencidas pelas Polícias Militar, Civil e Guarda Militar. Nesse final de semana houve uma operação com as Polícias Militar e Civil e Guarda Militar e dois traficantes foram presos. É a Polícia não sucateada, que está fazendo o que pode.

É muito fácil vir aqui e jogar para cima 30 ou 35 viaturas quebradas, mas quero ver a prova. Acho importante que o Ministério Público investigue, porque aí vai acabar aquela história de mídia objetiva, colocada. As 386 viaturas estão chegando e vão ser distribuídas e colocadas na região, no Paraná. Quando mostro, alguns acham que é uma sacada de mídia, mas toda mentira tem pernas curtas.

Não defendo mentiroso, Sr. Presidente. Jamais vou defender a mentira. Doa a quem doer. Mentira, não. Vou falar a verdade. Chega de mídia!

Mostrar alguns dados a respeito de algo muito interessante, aqui. É um requerimento que fiz à delegada de Polícia de Ponta Grossa. Ela é competente, séria, uma mulher que está organizando com a sua grande equipe tudo o que se refere à questão da Segurança de Ponta Grossa. Ninguém fala que tem 29 viaturas a Polícia Civil essa Cidade. Inclusive já foram recebidas viaturas novas. Dessas 29, a grande maioria está em bom estado de conservação e apenas uma se encontra na oficina, mas deve ser deliberada nesta semana. Vinte e oito viaturas andando. Aqui está o documento da delegada-chefe. Esse é o documento oficial.

Sr. Deputado, não posso me calar quando a verdade está em xeque. Espero que o Ministério Público investigue mesmo as viaturas em Ponta Grossa. Porque ouvi aqui uma frase que me marcou, muito fácil fazer discurso, o Deputado Valdir Rossoni falou: “Quem é desinformado é incompetente”. Palavras do Deputado Valdir Rossoni.

Os documentos estão aqui, protocolarei em seguida nesta Casa os documentos que mostram que os

números da Segurança em Ponta Grossa não são aqueles. E aquelas fotos aqui apresentadas, espero que o Ministério Público realmente as investigue, uma por uma. Se investigar vai perceber que lá tem viaturas que nem da Polícia são e estão lá. Veja placa por placa e veja o que estou falando. É muito fácil atacar a Polícia, a Polícia Militar, quando não é verdade. Tem viaturas que não são nem do Governo do Estado não sei daonde apareceu, quem tirou a foto. Mas, a mídia é a mídia. Quando não se tem obra para mostrar a mídia é boa para falar mal daquilo que está indo bem.

Deixo esse registro para que a verdade seja colocada nesta Casa. Deixarei os documentos como aquilo que chamamos de responsabilidade de Parlamentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Ofício n° 015/09, subscrito pelo Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, comunicando a substituição do Deputado Edson Strapason pelo Deputado Ademir Bier na Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação n° 266/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Governador do Estado, que seja destinado ao Município de Sarandi a aquisição de um micro-ônibus. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 267/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado da Educação e ao Sr. Governador do Estado, que seja destinado recursos para a construção de um Centro de Educação Infantil no Município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 268/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado da Justiça da Cidadania, a ampliação do Centro de Detenção Provisória de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 269/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde a complementação do número de leitos do Hospital Universitário de Maringá em caráter de urgência. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 270/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Gover-

nador do Estado, a ampliação do Centro de Educação Infantil Adelaide Dezoti Tonon, no Município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações n°s 271 e 272/09, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constantes do expediente, solicitando ao Sr. Governador do Estado, solicitando que seja viabilizado ônibus escolar para os respectivos Municípios: Porto Vitória e Inácio Martins. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações n°s 273 e 278/09, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constantes do expediente, sugerindo à Sra. Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Governador do Estado, que seja destinado uma unidade da Biblioteca Cidadã para os respectivos Municípios: União da Vitória, Quedas do Iguaçu, Piraquara, Pitanga, Pato Branco e Irati. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de Apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. Necessitam de Apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de Apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de Apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. Necessita de Apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1105, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoioamento dos Deputados Stephanes Júnior, Teruo Kato, Carlos Simões e Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n° 039/09, item 05 da Ordem do Dia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

## ***1ª Discussão (Preferência de Votação)***

### **ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 039/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 002/09, que objetiva abertura de crédito especial no valor de R\$ 39.620.000,00 (trinta e nove milhões, seiscentos e vinte mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado de Obras Públicas. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA n° 009/09, de 17/02/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 039/09

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, objetiva aprovar a abertura de crédito especial no valor de R\$ 39.620.000,00 (trinta e nove milhões seiscentos e vinte mil reais), ao vigente Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 16032, de 29/12/08, visando atender as despesas com a aquisição de imóvel para as instalações de estacionamento e jardins da futura sede do Centro Judiciário.

Ressalte-se que a presente proposta foi encaminhada a esta Corte, em substituição ao Projeto de Lei n° 023/09, que solicitava a abertura de Crédito Especial no valor de R\$ 19.620.000,00 (dezenove milhões, seiscentos e vinte mil reais).

**Fundamentação**

Preliminarmente, acerca da competência para legislar em matéria concernente ao orçamento, dispõe a Constituição Federal no seu artigo 24, II:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...)*

*II - orçamento;*

Outrossim, no que tange a legitimidade, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto, transcreve-se da Constituição do Estado do Paraná:

*Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:(...)*

*II - as diretrizes orçamentárias anuais.*

*III - os orçamentos anuais (...)*

*§ 3° A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá: (...)*

*VI - os ajustamentos do Plano Plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado.*

*Art. 134. Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa. (grifo nosso)*

Nesse sentido, verifica-se a possibilidade do proponente em iniciar o processo legislativo.

Trata-se de projeto de lei, de autoria do Governador do Estado, que objetiva aprovar a abertura de crédito adicional, nos termos do artigo 41, II da Lei Federal n° 4320 de 1964:

*Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.*

*Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:*

*I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;*

*II - especiais, os destinados a despesas para os quais não haja dotação orçamentária específica;*

*III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.*

*Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.*

*Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.*

*(...)*

*Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.*

Nesse sentido, inobstante a legitimidade, cumpre salientar que a dispensa dos créditos em apreço poderá implicar em um impacto na expectativa de receita, motivo pelo qual, nos termos da Lei Complementar n° 101/00, é patente a necessidade da apresentação da estimativa do impacto econômico que a pretendida renúncia de receita pode gerar:

*Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:*

*I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias;*

*(...).*

Destarte, da análise do projeto de lei com as exigências mencionadas e, ainda, tendo-se em conta o encaminhamento dos referidos documentos, observa-se que o projeto atendeu os requisitos necessários até o presente momento, razão pela qual encontra total respaldo jurídico-constitucional para prosseguir sua regular tramitação.

Por fim, quanto à técnica legislativa, releva notar que o presente projeto está de acordo com o que preceitua a Lei Complementar n° 095/98.

**Conclusão**

Face ao exposto a manifestação é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 10/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

**Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:



## 2ª Discussão

### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual o Centro Evangélico Social e Educacional - SEMEAR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 553/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública a Associação de Amigos, Comerciantes, e Moradores da Região Central do Santa Cândida. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, que declara de utilidade pública a Associação Paranavaí Maior Idade - APAMAI. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## 1ª Discussão

### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 512/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que institui a semana de orientação sobre a gravidez na adolescência, na primeira semana do mês de maio. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 140/08, de 24/11/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 512/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, tem como objetivo instituir a primeira semana do mês de maio como a semana de orientação sobre a gravidez na adolescência, no calendário oficial do Estado, com a promoção de campanhas de conscientização dos riscos e da necessidade de acompanhamento médico nesses casos.

No que se refere à iniciativa legislativa para a proposição do projeto, não há nenhum óbice constitucional, vez que não existe vedação legal e nem se trata de matéria elencada nos casos de iniciativa privativa de outros Poderes Estaduais. Não sendo vedada, conseqüentemente é autorizada.

Cabe ainda observar que, apesar de tratar de matéria ligada à Saúde Pública e indicar a promoção de cam-

panhas de conscientização, sobretudo nas escolas, o projeto não interfere no funcionamento ou nas atribuições da Secretaria de Estado da Saúde, nem da Secretaria de Estado da Educação, eis que possui apenas o objetivo de conscientizar as crianças e adolescentes.

Diante do acima exposto, em razão da constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, somos pela sua aprovação.

no Sala das Comissões, em 03/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 512/08

P A R E C E R :

A competência da Comissão de Saúde Pública está prevista no parágrafo 8º do artigo 33 do Novo Regimento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 8º À Comissão de Saúde Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à Saúde Pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos, alimentos e exercício da medicina e profissões afins.

A proposição sob análise institui uma semana no mês de maio, durante a qual, deve ser desenvolvidas atividades de prevenção à gravidez na adolescência.

É de todos conhecida a situação que os dados revelam sobre a gravidez da adolescência. Da mesma forma, é notório o impacto na família e na sociedade que tem uma gravidez na adolescência. Os meios de comunicação tornam a mulher objeto das propagandas e estimulam o sexo sem qualquer responsabilidade. São milhares de adolescentes que, ao mesmo tempo em que deveriam estar brincando, tornam-se mães e precisam cuidar de filhos.

É fundamental o envolvimento de toda a sociedade em política permanente de prevenção da gravidez na adolescência, bem como na proteção destas pessoas em especial estado de desenvolvimento.

É sabido que as reais soluções não estão em semanas ou datas de campanha, pois deve haver um trabalho permanente. É sabido também que há muitos programas desenvolvidos pela União, Estados e Municípios. Por outro lado, a Assembleia Legislativa não pode se omitir e deixar de apoiar proposta como essa que também pode contribuir na prevenção de grave situação social.

O parecer é pela tramitação regimental da proposição, pois presentes os requisitos formais e materiais exigidos ao caso.

no Sala das Comissões, em 16/03/09.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente

TADEU VENERI - Relator

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Quero agradecer o Líder do Governo, porque parece que agora à tarde começam a entregar os ônibus, e

foi um pedido feito pela Oposição na semana passada.  
Agradeço ao Líder do Governo e toda a bancada.  
Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)  
Devidamente registrado.

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 061/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Branco do Ivaí, com sede no Município de Rio Branco do Ivaí e foro na Comarca de Grandes Rios. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 013/09, de 04/03/09, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 061/09

P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Branco do Ivaí, com sede no Município de Rio Branco do Ivaí e foro na Comarca de Grandes Rios.

##### Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

##### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 17/03/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 075/09, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de utilidade pública a Associação São Miguel, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 014/09, de 09/03/09, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 075/09

P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, tem por objetivo declarar de utili-

dade pública a Associação São Miguel, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu.

##### Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

##### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à norma tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 17/03/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### Requerimentos

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1058, de autoria dos Deputados Luiz Carlos Martins, Ney Leprevost, Elio Rusch e demais Deputados da Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Quero encaminhar no sentido de dizer que a base de apoio ao Governo entende que esse requerimento, Deputado Antonio Belinati, é um requerimento que está formulado dentro dos preceitos estatuídos pelo nosso Regimento.

Na verdade somos favoráveis. Entendo que esse tema aqui, mais do que tudo, os esclarecimentos que vão ser fornecidos pela APPA colocarão, certamente, de forma bem objetiva, um fim nesta discussão aqui que é absolutamente despropositada.

Mas o nosso encaminhamento é no sentido de aprovar o requerimento, até para poder desmistificar isso aqui.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Em votação o requerimento da Bancada de Oposição. **Aprovado.**

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Presidente, conhecendo há pouco o nosso gênio, o Dr. Eduardo Ferreira, grande advogado, sobre a matéria que estamos elaborando, pedindo a ajuda do Governo do Estado e também do Governo Federal através do Itamaraty, para ajudar a trazer de volta os brasileiros que perderam o emprego no Japão. Como os trabalhos são acompanhados pelos telespectadores também, ao vivo, essa matéria está sendo redigida e até amanhã deveremos formalizar a votação aqui em Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Requerimento nº 1095, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Pela ordem o Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Gostaria de convidar a todos os Parlamentares, na quarta-feira, estaremos visitando o porto de Paranaguá, através da Comissão de Obras Públicas e Transportes. Convido não somente os Parlamentares da nossa comissão, mas também todos os Parlamentares da Oposição e também do Governo, para que possam acompanhar as obras. Enfim, vamos fazer uma pequena fiscalização na quarta-feira desta semana.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Pela ordem, o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Não espero do Deputado Marcelo Rangel uma pequena fiscalização. Espero uma grande fiscalização, até porque estive lá, no período do Carnaval. Enquanto as pessoas estavam pulando Carnaval, eu fui ao porto de Paranguá e pude visitar os trabalhos que estão sendo realizados pela draga, fazendo a dragagem e certamente o senhor vai ficar impressionado com o trabalho. É um trabalho muito bem realizado e estamos avançando dentro dos prazos previstos e, certamente, é muito importante para Paranaguá.

Também entendo que é importante a visita do Presidente da Comissão de Obras, porque ele haverá de vir semana que vem a esta Casa fazer um relato da visita, porque é uma visita técnica, e ele vai voltar com as impressões que colheu e vai fazer um relato fiel daquilo que está acontecendo de muito positivo em Paranaguá.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Corrigindo então, Sra. Presidente, uma minuciosa fiscalização, vamos fazer na quarta-feira.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Requerimento nº 1062, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1075, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1101, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1102, de autoria dos Deputados Péricles de Mello, Plauto Miró, Jocelito Canto e Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1076, 1077 e 1080, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1081, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1100, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1065, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1066 a 1074, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1104, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1106 a 1112, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 512/08; 039, 061, 075 e 063/09.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 020/09.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Presidência***

#### ***Ata de Audiência Pública***

##### **AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e nove, no plenarinho deste Poder Legislativo, foi realizada Audiência Pública de prestação de contas da Secretaria de Estado da Fazenda, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, sob a presidência do Deputado Nelson Justus e contando com as presenças dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Alexandre Curi, Tadeu Veneri, Ademar Bier, Rosane Ferreira, Valdir Rossoni, Elio Rusch, Cida Bor-

ghetti, Dobrandino da Silva, Beti Pavin, Antonio Belinati e Edson Strapasson. Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente passou a palavra ao Dr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, o qual na sequência passou a palavra ao Dr. Nestor Bueno, Diretor Geral da Secretaria de Estado da Fazenda, que apresentou relatório do terceiro quadrimestre de 2008. Após a explanação do Dr. Nestor Bueno, o Deputado Nelson Justus abriu a palavra para que os Srs. Deputados formulassem perguntas sobre o relatório apresentado. Após o questionamento, encerrado o trabalho, o Sr. Presidente agradeceu a presença das autoridades, dos Srs. Deputados e aos demais presentes à Audiência Pública.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

## ***Atas de Comissões***

### ***Constituição e Justiça***

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATIVA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Caíto Quintana e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edson Strapasson, Fernando Sacanavaca, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Rosane Ferreira, Chico Noroeste e Felipe Lucas. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Duílio Genari. Passou-se à Ordem do Dia: o Sr. Presidente coloca em votação a sua sugestão para que os projetos de lei de utilidade pública sejam apreciados preliminarmente - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 378/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 553/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 052/09, de autoria do Deputado Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 061/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 063/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 075/09, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. O Sr. Deputado Tadeu Veneri apresenta requerimento de preferência

de votação às Proposições - Veto nºs 003/09, 004/09, 009/09 e 012/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO. Neste momento o Sr. Presidente passa a presidência para o Sr. Deputado Duílio Genari; 07) Proposição-Veto nº 003/09, de autoria do Poder Executivo - Veto o Projeto de Lei nº 005/08 de autoria do Tribunal de Justiça, que altera dispositivos da Lei nº 11716/97. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana ao encaminhamento à Plenário, lido pelo Deputado Nereu Moura - APROVADO; 08) Proposição-Veto nº 004/09, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 469/08 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana ao encaminhamento à Plenário, lido pelo Deputado Nereu Moura - APROVADO; 09) Proposição-Veto nº 009/09, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 323/08 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana ao encaminhamento à Plenário, lido pelo Deputado Nereu Moura - APROVADO; 10) Proposição-Veto Parcial nº 012/09, de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 354/08 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana ao encaminhamento à Plenário, lido pelo Deputado Nereu Moura - APROVADO. O Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Deputado Caíto Quintana. O Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk apresenta requerimento de preferência de votação à Proposição-Veto nº 020/09 e o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação às Proposições-Veto nºs 021/09, 010/09 e 011/09. O Sr. Presidente coloca em votação os requerimento - APROVADOS; 11) Proposição-Veto nº 020/09, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 405/08 de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que altera dispositivos da Lei nº 14427/04. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 12) Proposição-Veto nº 021/09, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 389/08 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 13) Proposição-Veto nº 010/09, de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei Complementar nº 317/08 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 119/07. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 14) Proposição-Veto nº 011/09, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 196/08 de autoria do Deputado Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 329/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 079/09 e às Proposições-Vetos nºs 017/09 e 018/09. O Sr. Presidente

coloca em votação o requerimento - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 079/09, de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Douglas Fabrício SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 17) Proposição-Veto nº 017/09, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 370/08 de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano ao encaminhamento à Plenário, lido pelo Deputado Luiz Fernandes Litro - APROVADO; 18) Proposição-Veto nº 018/09, de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 153/08 de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano ao encaminhamento à Plenário, lido pelo Deputado Luiz Fernandes Litro - APROVADO. O Sr. Deputado Carlos Simões apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 056/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 056/09, de autoria do Deputado Chico Noroeste. Os Srs. Deputados Reni Pereira e Tadeu Veneri SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 20) Projeto de Lei nº 422/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - REJEITADO. Os Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli, Duílio Genari, Reni Pereira, Douglas Fabrício, Luiz Carlos Martins e Carlos Simões votaram CONTRÁRIO ao parecer. Os Srs. Deputados Tadeu Veneri, Artagão Júnior e Nereu Moura votaram FAVORÁVEL. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 073/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 073/09, de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Douglas Fabrício SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada, e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Andretta - Secretária

## ***Publicações Administrativas:***

### ***Procuradoria Geral***

#### ***Pareceres***

GABINETE DA PROCURADORIA  
PARECER: Nº 018/09

**Interessado:** Igo Iwant Losso

**Assunto:** Restituição de valores

**Processo:** 715/09 - Gabinete da Procuradoria

Igo Iwant Losso, matrícula nº 40103, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assem-

bleia Legislativa, aposentado no cargo de Consultor Legislativo, nível NUE-02, pelo Ato da Comissão Executiva nº1058, de 10/09/08, requer seja determinado o cálculo das diferenças de adicionais desde o ano de 2003 e a restituição dos valores retidos a título de previdência correspondente ao abono de permanência com o crédito a seu favor.

O funcionário diz em seu pedido que pelo Ato nº 1050/08 de 07/08/08, foi procedida a recontagem do tempo de serviço e que há vários anos o mesmo tinha direito a perceber de 40% a 50% a título de adicionais por tempo de serviço. E que tais adicionais estão sendo pagos a menor.

Além dessas diferenças, por ter direito a aposentadoria desde o ano de 2003, sua permanência em serviço gerou o direito a restituição dos valores descontados para a previdência, referentes ao abono de permanência.

O Chefe da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Casa, informou o processo e anexou cópia da ficha funcional do servidor.

Do exame dos assentamentos funcionais verificamos que o funcionário foi admitido neste Poder, na data de 19/01/84, contando assim, na data em que foi aposentado, 10/09/08, com 24 anos, sete meses e 21 dias de efetivo serviço prestado neste Poder, que somados a seis meses contados para todos os efeitos legais, pela Portaria nº 190, de 11/08/08, referente a uma licença especial não usufruída, período compreendido entre 22/12/92 a 22/12/97, perfaz o total de 25 anos, três meses e 21 dias.

Contou, para efeito de aposentadoria, pela Portaria nº 70/98, o tempo de 11 anos, oito meses e 25 dias, em que prestou serviços em órgãos públicos: pela Portaria nº 190 de 11/08/08, contou o tempo de quatro anos, para efeito de aposentadoria, em que exerceu mandato de Deputado Estadual, período de 01/02/63 a 31/01/67, perfazendo um total de 15 anos, oito meses e 25 dias.

Levando-se em conta que ao se aposentar em 10/09/08, conforme Ato nº 1058, o funcionário tinha 25 anos de serviço público efetivo prestado para todos os efeitos legais, tempo insuficiente para obter o benefício do acréscimo aos vencimentos de 5%, por ano excedente a 30 anos de efetivo exercício, até no máximo de 25%.

Só poderia ter sido beneficiado se tivesse completado 30 anos de exercício, conforme assegura o artigo 171, da Lei Estadual nº 6174/70.

O artigo 3º e parágrafo 1º, da Emenda Constitucional nº 041/03, estabelece que o funcionário que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no artigo 40, parágrafo 1º, inciso III, da Constituição Federal, e que opte por permanecer em atividade, fará jus ao abono de permanência equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária até completar os requisitos para aposentadoria compulsória.

Para obter o benefício do abono de permanência é necessária opção expressa do funcionário, pela permanência em atividade.

Não tendo completado o tempo de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, necessário para a obtenção dos acréscimos ao seus vencimentos e por não ter requerido expressamente em 2003, o abono de permanência, somos pelo indeferimento do pedido.

Este constitui o parecer, S.M.J.

Gabinete da Procuradoria, 10/02/09.

(a) THEMIS PETTERLE

**Despacho nº 018/09 - Gab. Proc.**

**De:** Gabinete da Procuradoria

**Para:** Dr. Ayrton Costa Loyola

Md. Procurador Geral da Casa

Encaminhamos o protocolo sob nº 715/09 com Parecer nº 018/09.

Em, 10/02/09

(a) THEMIS PETTERLE

**Parecer nº 004/09-08**

**Protocolo:** 11750/08

**Interessado:** Santiago Losso

**Assunto:** Diferenças de adicionais por tempo de serviços e devolução de valores à título de contribuição previdenciária.

Sr. Diretor Geral

Pelo contido no requerimento inicial verifica-se que o funcionário aposentado Santiago Losso alega ter direito a receber diferenças de valores não pagos a título de adicionais por tempo de serviço, valores estes que, sustenta, tem direito desde o ano de 2003.

Alega, ainda, que por ter direito à aposentadoria desde o ano de 2003, os valores descontados a título de contribuição previdenciária devem lhe ser restituídos.

Conforme a informação da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, as folhas 03 deste expediente, o requerente é funcionário estatutário admitido em 31/01/91. Verifica-se, pois, um equívoco de ordem legal naquela informação, uma vez que não houve admissão por concurso público naquela data mencionada.

Ocorre que, beneficiado foi o requerente pela Lei Estadual nº 10219/92, cujo artigo 70 se encontra como objeto da ADIN nº 114-1/STF, que declarou inconstitucional o artigo 233 da Constituição do Paraná que previa a regência dos servidores, nas circunstâncias do requerente, pelo Estatuto dos Funcionários Civis do Estado.

Destarte, o requerente não pode ser considerado estatutário, mas sim servidor estável, e isso somente por força da Lei Estadual nº 10219/92 que, embora ainda em

discussão na Corte Maior, lhe confere por ora a estabilidade, mas não a efetividade.

Por outro lado, verifica-se pela ficha funcional juntada pela Coordenadoria das Relações Trabalhistas, que a data de admissão do requerente nesta Casa é de 30/01/91, aqui considerados os efeitos da Lei nº 10219/92.

Por força do disposto no parágrafo 9º do artigo 35 da Constituição do Paraná, o tempo de serviço do requerente não se presta à contagem para os adicionais que pretendem, uma vez que somente pode ser considerado o tempo de contribuição federal, estadual ou municipal para efeito de aposentadoria.

Assim considerado por força do dispositivo constitucional estadual, e retornando-se à verificação dos registros em sua ficha funcional, verifica-se que as anotações ali constantes acerca das Portarias nºs 068 e 176, contêm as expressões “para todos os efeitos legais”, o que deve ser corrigido nos moldes do artigo 35 da Constituição do Estado do Paraná e substituídas pelas expressões “para efeitos de aposentadoria”. Como não há instrução de qualquer outro documento a este expediente senão a ficha funcional do requerente, mister que se deixe consignado para que se promovam as devidas correções, se necessárias, uma vez que as anotações das referidas portarias contam tempo pela Secretaria de Estado da Educação após o ingresso do requerente neste Poder (31/01/91) sem, no entanto, haver qualquer anotação de disponibilidade ou cessão.

Necessário, ainda, ressaltar que o requerente foi aposentado compulsoriamente, conforme consta de sua ficha funcional, e jamais protocolou a opção plano abono de permanência - requisito indispensável para a concessão do benefício.

Por todo o aqui exposto e considerado, esta Procuradoria-Geral opina pelo indeferimento do pedido pelas razões traçadas e pelas diligências necessárias para elucidar as apontadas incongruências constante na ficha funcional do requerente.

É o parecer, SMJ, que colocamos à apreciação de V. Sa., sob censura.

Curitiba em, 19/01/09

(a) AYRTON COSTA LOYOLA

Procurador-Geral

**Protocolo nº 715/09**

1) INDEFIRO, nos termos do parecer da Procuradoria.

2) AO DSE para publicação.

3) Ao DA para arquivar.

Curitiba, 17/03/09.

(a) Diretor Geral